



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE AGRONOMIA**

GEAN CARLOS MALDANER

**CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DO LEITE
NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO – SC.**

**CHAPECÓ
2014**

GEAN CARLOS MALDANER

**CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DO LEITE
NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO – SC.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia com ênfase em agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

CHAPECÓ

2014

Maldaner, Gean Carlos

Contribuição do Pronaf no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho - SC / Gean Carlos Maldaner. -- 2014. 89 f. ; il.

Orientador: Dr. Valdecir José Zonin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Agronomia, Chapecó, SC, 2014.

1. Pronaf. 2. Desenvolvimento Socioeconômico. 3. Agricultura Familiar. 4. Cadeia do Leite. I. Título. II. Valdecir José Zonin.

GEAN CARLOS MALDANER

**CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DO LEITE
NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO – SC.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia com ênfase em agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

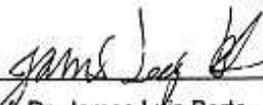
Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca examinadora em: 04 / 12 / 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valdecir José Zonin – UFFS



Prof. Dr. James Luis Berto – UFFS

Prof. Dra. Anelise Graciele Rambo – UFFS

Dedico este trabalho aos meus pais Leonir e Marli, ao irmão Darlan, meus colegas de universidade, aos amigos inseparáveis e a todos aqueles que contribuíram para essa importante conquista. A vocês que nunca mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida e que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim.

AGRADECIMENTOS

À UFFS e a todos aqueles que lutaram incansavelmente pela criação dessa instituição de ensino superior, pela oportunidade da prática de ensino, pesquisa e extensão e pelo apoio institucional concedido durante a realização do curso. À Cresol Pinhalzinho, citando aqui Romeu Both, Cizinando Biazus e Lenoir Heisler, pelo apoio no momento de decisão de ingresso no curso e pela amizade construída, seja no ambiente profissional ou pessoal.

Ao curso de Agronomia com ênfase em agroecologia da UFFS, pela oportunidade de construção de conhecimento. Ao quadro de professores do curso e todos demais que cooperaram na caminhada, que em todos momentos não mediram esforços para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e superar as dificuldades impostas. Dificuldades e desafios que foram muitos, de fato contribuímos com o processo de construção dessa universidade, pública, popular e de qualidade, e acima de tudo por ser a primeira turma do curso estamos eternizados na história.

Ao professor Dr. Valdecir José Zonin, pela orientação, motivação, experiência, empenho, contribuições, confiança depositada no trabalho e acima de tudo pelo laço de amizade construído ao longo desse período.

Aos colegas de 1ª turma de graduação em Agronomia com ênfase em agroecologia da UFFS, pela convivência, amizade e troca de conhecimento, em especial aos colegas Cleidir Eleandro Kemmrich, Marcelo Antonio Kehl, Francieli Pasinato e Adriana Bilini, pela motivação, prestatividade e apoio durante os anos de formação. Ainda aos colegas e amigos (as) de outras fases, em especial as amigas Géssica Guilherme Zeferino e Aline Comparin, que no dia-a-dia, nos encontros nos corredores, nas conversas nos intervalos, nas redes sociais e em todos os demais momentos me deram energia e a graça de vossas amizades, que para sempre serão recordadas e guardadas no lado esquerdo do peito.

Ao sempre amigo, Erni Adelar de Camargo, ex-presidente do Sintraf de Pinhalzinho e região, atual presidente da cooperativa Cootraf e vereador no município de Pinhalzinho – SC, por sua contribuição direta na definição do tema e objeto do estudo e pelo apoio em todas as fases do trabalho, de modo especial também no processo de entrevistas com os produtores de leite. Ainda por seus ensinamentos políticos, pela sua liderança sindical exemplar e experiência de vida que serve de espelho e motivação e dão a certeza de sempre continuar na luta.

Aos presidentes, gerentes, colaboradores, profissionais técnicos, representando suas organizações e instituições, que participaram das entrevistas semiestruturadas nesta pesquisa. Aos produtores de leite do município, que em momento algum se eximiram de participar das entrevistas, destacando sua aceitabilidade e motivação ao responder o questionário, deixando muitas vezes de realizar suas atividades rotineiras para se dedicar a entrevista e dessa forma contribuindo para o estudo em questão. Aos servidores públicos vinculados a secretaria de agricultura do município de Pinhalzinho, pelo fornecimento dos dados necessários a realização do estudo.

E por fim, a toda minha família, que sempre me deram apoio, em todas esferas, e investiram no meu futuro profissional. Agradeço a todos por acreditarem em mim e eles são testemunhas de todo esforço ao longo desses 5 anos, das idas à Chapecó de moto no 1º semestre, fazendo chuva ou sol, frio ou calor, considerado por muitos e por mim também como uma verdadeira loucura, visto os riscos e perigos, mas a única forma possível na época de permanecer nos estudos. E em todos os semestres das ausências em casa, pelo motivo de acordar as 5hs e retornar somente após as 19hs, com dedicação total aos estudos. Mas uma certeza, tudo isso valeu a pena.

Do fundo do meu coração, um sincero e verdadeiro MUITO OBRIGADO a todos. Vocês fazem parte dessa conquista!

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011, p. 95).

RESUMO

O contexto excludente de modernização da agricultura brasileira deixou os agricultores familiares praticamente esquecidos até a década de 1990. Somente a partir da definição do sujeito agricultor familiar e fruto de muitas mobilizações da classe, novas ações e políticas públicas começaram a ser pensadas e almejadas. Dentre as conquistas, a de maior relevância foi a criação do Pronaf em 1995. O programa permite o fortalecimento, mediante apoio técnico e financeiro, de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico, ampliando a capacidade produtiva de suas unidades. A relevância do Pronaf para a agricultura familiar já foi comprovada como sendo uma das políticas públicas fundamentais para o seu desenvolvimento e dessa forma este trabalho, fazendo uso da metodologia do estudo de caso, com o auxílio de entrevistas semiestruturadas aos produtores e instituições locais de apoio aos agricultores familiares, buscou responder a seguinte problemática: De que forma o uso do crédito rural, disponibilizado pelo Pronaf, auxilia os produtores de leite de Pinhalzinho – Santa Catarina (SC) a se desenvolverem socioeconomicamente e se fortalecerem como agricultores familiares? Então, busca-se estudar a situação atual da cadeia do leite no município e, sobretudo, compreender a importância do Pronaf no desenvolvimento dessa atividade produtiva. O trabalho aponta que o município de Pinhalzinho - SC apresenta predominância de agricultores familiares e estes desenvolvem dentre outras atividades a produção leiteira. O crédito rural do Pronaf se apresenta como uma importante ferramenta para promoção do desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento da agricultura familiar e isso relaciona-se diretamente a cadeia do leite. Nesse sentido, o acesso ao crédito rural somente é possível pois no município existem várias instituições financeiras, com destaque para cooperativas de crédito que se aproximam de forma mais direta aos agricultores familiares. Por fim, o leite apresenta perspectivas positivas no município de estudo, apesar dos desafios impostos à atividade, contribuindo assim com a geração de renda mensal e ainda auxiliando no processo de reprodução social das famílias.

Palavras-chave: Pronaf. Desenvolvimento Socioeconômico. Agricultura Familiar. Cadeia do Leite.

ABSTRACT

The exclusive context of modernization of Brazilian agriculture left the farmers virtually forgotten until the 1990. Only from the definition of the family farmer and fellow fruit of many mobilizations of the class, new actions and public policies began to be designed and targeted. Among the achievements, the most relevant was the creation of the Pronaf in 1995. The program allows for the strengthening, through technical and financial support, in order to promote the socio-economic development, expanding the production capacity of its units. The relevance of the Pronaf for family agriculture has already been proven as being one of the fundamental public policies for their development and thus this work, making use of the methodology of the case study, with the help of semi-structured interviews with producers and local institutions to support family farmers, sought to answer the following question: How does the use of rural credit, provided by Pronaf, helps dairy farmers of Pinhalzinho-Santa Catarina (SC) to develop economically and strengthen themselves as family farmers? So, the aim is to study the current situation of the milk chain in the municipality and, above all, understand the importance of the development of productive activity Pronaf. The work shows that the municipality of Pinhalzinho-SC features a predominance of family farmers and these develop among other activities the milk production. The rural credit of Pronaf presents itself as an important tool for promoting social and economic development and strengthening of family agriculture and that relates directly to the milk chain. In this sense, access to rural credit is only possible because in the municipality there are several financial institutions, including credit unions that approach more directly to family farmers. Finally, the positive perspectives presents milk in the municipality of study, despite the challenges posed to the activity, thus contributing to the generation of monthly income and even assisting in the process of social reproduction of the families.

Keywords: Pronaf. Socio-Economic Development. Family Agriculture. The milk chain.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade mercantil.	34
Quadro 2 -	Organização metodológica do trabalho.....	37
Quadro 3 -	Número de contratos e montante contratado de Pronaf por modalidade. Pinhalzinho - SC, 2013/2014.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do município de Pinhalzinho – SC.....	40
Figura 2 -	Identificação dos locais de entrevistas dos produtores de leite no município de Pinhalzinho – SC.	41
Figura 3 -	Framework características e consequências possíveis da escolha de estratégia desenvolvimentista ou produtivista.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição em percentual dos agricultores entrevistados por sexo e segundo os grupos de idade.	42
Gráfico 2 - Condição de posse dos imóveis das famílias entrevistadas.	44
Gráfico 3 - Tamanho das propriedades rurais entrevistadas.	45
Gráfico 4 - Principal fonte de renda segundo a atividade econômica.	46
Gráfico 5 - Faixas de produção diária de leite por propriedade.	47
Gráfico 6 - Evolução do Pronaf no Plano Safra da Agricultura Familiar.....	48
Gráfico 7 - Acesso à Pronaf Custeio.....	50
Gráfico 8 - Acesso à Pronaf Investimento.....	51
Gráfico 9 - Destino do crédito investimento concedido através do Pronaf.....	52
Gráfico 10 - Existência de dificuldades e quais as principais enfrentadas pelos produtores no acesso ao crédito no início do programa.....	53
Gráfico 11 - Existência de dificuldades e quais as principais enfrentadas pelos produtores no acesso ao crédito atualmente.	54
Gráfico 12 - Avaliação do programa Pronaf.....	55
Gráfico 13 - Associados à cooperativas de crédito.....	59

LISTA DE SIGLAS

BASER	Base Central de Serviços
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIASC	Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOTRAF	Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNTR/CUT	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
PA	Posto de Atendimento
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SC	Santa Catarina

SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
VPB	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	JUSTIFICATIVA	19
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo geral.....	20
1.2.2	Objetivos específicos.....	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1	AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	21
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR	23
2.3	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF).....	26
2.3.1	Pronaf custeio.....	28
2.3.2	Pronaf cota-partes.....	29
2.3.3	Pronaf investimento	29
2.3.3.1	Pronaf mais alimentos	29
2.3.3.2	Pronaf agroindústria	29
2.3.3.3	Pronaf mulher	30
2.3.3.4	Pronaf agroecologia	30
2.3.3.5	Pronaf eco	30
2.3.3.6	Pronaf jovem	30
2.3.3.7	Pronaf microcrédito (Grupo “B”)	31
2.4	ATIVIDADE PRODUTIVA DO LEITE	31
2.5	COOPERATIVISMO	33
2.5.1	Cooperativismo no mundo e no Brasil.....	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
3.1	ESTUDO DE CASO	36
3.2	COLETA DE DADOS	36
3.3	LOCAL DA PESQUISA	40
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADE PRODUTIVA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SC.....	42
4.2	O PRONAF E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINHALZINHO – SC	48

4.3	TEMPOS DE MUDANÇAS	55
4.4	A FORÇA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	58
4.4.1	Sistema Cresol e cooperativa singular Cresol Pinhalzinho.....	60
4.5	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO, A PARTIR DA AMOSTRA ESTUDADA	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICE A - Questionário Cresol	74
	APÊNDICE B - Questionário organizações e instituições.....	78
	APÊNDICE C - Questionário produtores	81
	ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP	86

1 INTRODUÇÃO

O contexto do setor leiteiro no Brasil nas últimas décadas nos remete a um paralelo comparativo com os efeitos sofridos também pela agricultura brasileira, sobretudo a partir da década de 1960, passando por profundas transformações. Esse processo de modernização agrícola, denominado Revolução Verde¹, foi um mecanismo determinante de inserção da agricultura na lógica do capital industrial e financeiro, porém excludente de muitos atores sociais e produtivos (FERRAZ, 2002).

No transcorrer das décadas de 1960 e 1970, para a implantação do modelo da revolução verde, o governo brasileiro criou condições para as mudanças das bases tecnológicas da agricultura brasileira, disponibilizando recursos para programas de crédito subsidiado, assistência técnica gratuita, operacionalização de estratégias de comercialização, entre outras, todas ações voltadas para promover um suposto modelo de desenvolvimento almejado pela elite produtiva.

Essas transformações ocorridas tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas, publicações, não sendo diferente para a cadeia do leite, principalmente em razão da importância do consumo do leite na dieta alimentar brasileira, a diversidade de sistemas de produção existentes no país, o potencial brasileiro de produção e a importância econômica e social que a atividade representa principalmente para uma categoria social, que é a agricultura familiar.

A produção de leite é disseminada na agricultura familiar pelo fato das famílias já produzirem leite para consumo interno e acaba destinando o leite excedente para comercialização, permitindo ainda o aproveitamento de terras com maior declividade, pedregosidade, áreas menores e baixa fertilidade, utilizando, sobretudo e de modo intensivo, a mão de obra familiar (SOUZA, 2007). Dessa forma, gera aporte financeiro regular aos pequenos produtores e contribui para sua permanência no campo e reduz a migração campo-cidade.

A cadeia do leite brasileiro, especialmente na região sul do país, possui características específicas, que a diferenciam das demais cadeias produtivas do meio

¹ Conforme Sandroni (2010, p. 735), revolução verde é o processo de aumento da produtividade de cereais básicos, desenvolvido a partir dos anos 50. No entanto, para obter esse aumento de produtividade, as culturas de grãos exigiam intensas aplicações de fertilizantes e defensivos, utilização de irrigação, etc., o que demandava recursos que os países subdesenvolvidos não dispunham.

rural, principalmente as grandes *commodities*² agrícolas. O predomínio da agricultura familiar e agricultores organizados de modo a se inserir em mercados e possibilitar o acesso às políticas públicas existentes, fazem dessa cadeia uma das principais atividades desenvolvidas na região (FERRAZ, 2002).

No entanto, as transformações nessa cadeia produtiva têm elevado a pressão para a especialização dos produtores, colocando em xeque a continuidade de muitos agricultores familiares na atividade. O que não significa que essas transformações, necessariamente, levem ao fim dos agricultores familiares produtores de leite.

Então, a atividade que até o momento era secundária na maioria das propriedades, com poucos investimentos e utilização de mão de obra marginal e pouco especializada, a partir de mudanças na legislação, de mudanças nos padrões do consumidor e na estruturação da cadeia de lácteos, passa a exigir maiores investimentos e adequações nos sistemas de produção.

Simultaneamente, com o processo de modernização excludente da pecuária leiteira e da agropecuária como um todo, a partir da década de 1990, as organizações de agricultores familiares fortalecem o debate sobre um novo projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar no Brasil. Durante essa década intensificou-se o debate sobre o desenvolvimento sustentável nesta cadeia, que possibilita a sua utilização para elaboração de projetos de desenvolvimento local e inicia-se lutas por políticas públicas de valorização da agricultura familiar.

Ainda na década de 1990, frente à falta de políticas públicas para os agricultores familiares, pela abertura de mercados e fruto do movimento sindical dos trabalhadores rurais, a agricultura familiar alcançou uma das maiores conquistas da sua história recente. Fruto de muitas mobilizações, jornadas de luta e organização, em meados da década de 1990 é instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável, com objetivo de fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

² Conforme Sandroni (2010, p. 165), o termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto primário de importância comercial, como é o caso do café, da soja, do petróleo, etc.

A relevância do Pronaf para a agricultura familiar já foi comprovada como sendo uma das políticas fundamentais para o seu desenvolvimento. Contudo, os estudos anteriores deixam lacunas que incorporam a visão e a razão com que os beneficiários utilizam os recursos, buscando responder a seguinte problemática: De que forma o uso do crédito rural, disponibilizado pelo Pronaf auxilia os produtores de leite de Pinhalzinho – Santa Catarina (SC) a se desenvolverem socioeconomicamente e se fortalecerem como agricultores familiares? Neste sentido, busca-se estudar a situação atual da cadeia do leite no município e, sobretudo, compreender a importância do Pronaf no desenvolvimento dessa atividade produtiva.

1.1 JUSTIFICATIVA

A estrutura agrária em que se encontra inserido o município de Pinhalzinho - SC, é de predomínio de pequenas propriedades rurais, com grande destaque para a agricultura familiar, possibilitando o desenvolvimento de inúmeras atividades rurais. E nesse cenário é expressivo o crescimento da cadeia do leite no município. A justificativa para realização desse estudo tem sua origem na importância que as políticas públicas, em especial o Pronaf, possuem na busca do desenvolvimento local dos agricultores familiares no município, aliando aos avanços obtidos na atividade leiteira.

O presente estudo procurou interpretar a relação entre o acesso ao Pronaf e o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores, com a importância que os créditos disponibilizados por esse programa têm para a introdução de melhorias nas estruturas produtivas e pelo programa se constituir como um meio de modernização das propriedades rurais.

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho justifica-se por desenvolver uma relação entre as abordagens de desenvolvimento rural e as políticas públicas voltadas a agricultura familiar e a produção leiteira no município de Pinhalzinho - SC. Do ponto de vista profissional e prático, este estudo justifica-se por apoiar, através de dados, entrevistas e revisão bibliográfica, a utilização do Pronaf por agricultores familiares que ainda não acessam o programa. Ainda servirá para os produtores rurais avaliarem as melhorias no sistema produtivo até então e observar os resultados obtidos a partir do uso dos financiamentos, bem como, apresentar os principais desafios e perspectivas para a atividade leiteira no município.

1.2 OBJETIVOS

São os seguintes o objetivo geral e os objetivos específicos dessa monografia:

1.2.1 Objetivo geral

Analisar qual a relação entre o desenvolvimento da atividade leiteira no município de Pinhalzinho - SC e a utilização do crédito Pronaf no período de 1997 a 2013.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a agricultura familiar e a atividade produtiva do leite no município de Pinhalzinho SC;
- Caracterizar e descrever como o Pronaf contribuiu para o desenvolvimento dos produtores e da produção leiteira no município;
- Caracterizar as modificações nas atividades produtivas, econômicas, na ocupação da mão de obra e na qualidade de vida na agricultura familiar, a partir da utilização do Pronaf;
- Analisar como o cooperativismo de crédito em geral, as agências bancárias e a Cresol Pinhalzinho em especial, contribuem no acesso as políticas públicas e no desenvolvimento da atividade leiteira no município;
- Apresentar os principais desafios e perspectivas para a agricultura familiar produtora de leite no município;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo trata da contextualização e revisão bibliográfica dos objetos da pesquisa, compreendendo agropecuária e desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, Pronaf, atividade leiteira e cooperativismo.

2.1 AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para compreender a evolução das propriedades rurais, os conceitos de agricultura familiar, crédito rural, cooperativismo, as transformações ocorridas na cadeia do leite, a ideia de desenvolvimento e o contexto em que a agricultura está inserida, é necessário analisar os impactos históricos da economia brasileira, baseada nas exportações agrícolas e quais suas principais consequências.

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2009), a economia brasileira desde o período Colonial (1500-1822), passando pelo período Imperial (1822-1889) e a República Velha (1889-1930), até os dias atuais, é dependente do desempenho das exportações agrícolas.

Dessa forma, alguns elementos marcaram a organização social do Brasil, citando três principais: o latifúndio herdado das capitanias hereditárias e das sesmarias; a monocultura de exportação voltada ao atendimento de requisitos econômicos da metrópole portuguesa e o trabalho escravo, além de outras formas marginais de organização, como a pecuária extensiva e a produção de produtos alimentares para a subsistência (OLIVEIRA, 2009).

A partir da década de 1950, a agricultura brasileira se transformou, passando por um processo de modernização, na grande maioria das vezes excludente de algumas classes sociais e organizativas, como exemplo a agricultura familiar. Esse processo desencadeou mudanças profundas na base técnica produtiva agrícola, resultando em transformações na organização econômica e social do país, ficando evidente as diferentes formas de agricultura.

De um lado, constitui-se aquela baseada no desenvolvimento agrícola setorial, centrada no agronegócio, considerada como moderna, com capital e tecnologia de ponta. De outro, está aquela baseada no desenvolvimento local, com integração de atividades agrícolas e não agrícolas, rurais e urbanas, multissetoriais e territoriais, mais interligadas com a agricultura familiar (ALBA, 2009).

Essas diferenças mostram a necessidade de uma nova forma de organizar o rural brasileiro, que também sofre profundas mudanças, seja no avanço da modernização agrícola ou às novas atividades desenvolvidas. Enquanto o agronegócio está baseado na produção de *commodities*, direcionadas a exportação, a agricultura familiar, por sua natureza específica, pela característica da pluriatividade, pela busca maior da sustentabilidade, pela diversificação de atividades, é responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela população.

Na década de 1970, o modelo de desenvolvimento e crescimento econômico do pós-guerra, tanto nos países desenvolvidos como nas nações em desenvolvimento, baseado na abundância de recursos naturais e energéticos, no aumento da produtividade do trabalho e a presença do Estado de Bem-Estar (ou do Estado desenvolvimentista, no caso do Brasil) parecia implantado (FERRAZ, 2002), provocando modificações nas diversas formas de produção agropecuária.

Importante aqui fazer um parênteses para apresentar e diferenciar os conceitos de desenvolvimento e crescimento, que por vezes são confundidos como sendo sinônimos. Segundo Bacha (2012):

[...] crescimento é o processo de aumento do produto de uma economia onde, à medida que ocorre esse crescimento, também há um aumento da riqueza da nação. Já o desenvolvimento é definido como o processo de mudança estrutural da economia que leva à melhoria do bem-estar da população (BACHA, 2012, p. 21).

Porém, após algumas décadas, determinadas consequências da “era do desenvolvimento” começam a aparecer, destacando-se que a distância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento não foi eliminada, pelo contrário, tem aumentado. De acordo com Ferraz (2002, p. 33) “o mundo pode ter se desenvolvido, mas em direções opostas”. Outra consequência, é a crise ambiental, pela qual a expansão econômica já se defronta com limites biofísicos.

A noção de desenvolvimento estava baseada na confiança de que este processo poderia ser universalizado no espaço e, em segundo lugar, de que seria inalterável no tempo. Porém, em ambas perspectivas, o mesmo tem se revelado finito, emergindo com mais ênfase na década de 1970 um novo debate teórico, o debate do desenvolvimento sustentável (FERRAZ, 2002).

Após inúmeras discussões, iniciadas em 1949 com a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos, em 1983 é

formada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que anos mais tarde publica seu relatório, conhecido como Relatório Brundtland: Nosso futuro comum. A partir de então, o termo desenvolvimento sustentável é disseminado. Em 1987, a CMMAD conseguiu construir a definição que se tornou consagrada do termo: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Falando especificamente em modernização agrícola, este teve início em países capitalistas desenvolvidos, como Estados Unidos da América (EUA) e países da Europa, com o que conhecemos hoje como modelo euroamericano. Esta modernização se deu em resposta às necessidades dos agricultores em elevar o rendimento da terra e a produtividade (AYUB, 2012).

No Brasil, a modernização teve início no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, períodos onde a industrialização e a urbanização eram predominantes, difundidos amplamente pela revolução verde. Nos anos 1970, buscando promover o desenvolvimento rural houve grande disponibilidade de recursos para a agricultura, sendo o crédito rural a principal política agrícola governamental. Porém, na década de 1980, visto a impossibilidade de o tesouro nacional bancar o programa de crédito rural, elevaram-se as taxas de juros praticadas e reduziram-se os montantes disponíveis para empréstimos, ficando o crédito restrito a grandes produtores do agronegócio, impossibilitando, então, o acesso de pequenos agricultores.

Nos anos 1990, o tesouro nacional passou por sérias dificuldades financeiras, sendo necessária uma reformulação completa do seu papel frente o processo de desenvolvimento socioeconômico do país. Apesar das mudanças, grande parcela da população era dependente das atividades agrícolas para sobreviver. Tendo em vista a diminuição da pobreza no campo e o combate ao processo de migração para as cidades (êxodo rural), fez-se necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiando a produção familiar.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, no Brasil, as primeiras discussões sobre a agricultura familiar e a exigência de políticas públicas diferenciadas, foram articuladas pela

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ao iniciar o debate e a afirmação da necessidade de formular um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). É a partir dos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992) que o termo agricultura familiar aparece na literatura como objeto de análise teórica, priorizando-a como um dos indutores do desenvolvimento rural (TOLEDO, 2009).

Conforme Veiga (2007), é evidente a oposição e dificuldade de convivência entre as formas familiares e patronais de produção do setor agropecuário, visto uma realidade que:

[...] durante muito tempo, muita gente achou que a agricultura evoluiria como a indústria, no sentido de fortalecimento da forma patronal em detrimento da forma artesanal [...]. Mas o que aconteceu foi o inverso. Durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista [...] foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo (VEIGA, 2007, p. 202-203).

Ainda segundo o autor, países desenvolvidos, sobretudo os da Europa, adotaram outro comportamento em relação à agricultura familiar, direcionando investimentos, intervindo no mercado de preços agrícolas e oferecendo subsídios, para o setor cumprir com o papel de produzir alimentos em abundância para as populações urbanas. No Brasil, após anos 2000, a agricultura familiar ganha outra percepção no cenário nacional, sendo importante na promoção do desenvolvimento.

Para compreender a aparição do termo agricultura familiar no cenário brasileiro, é necessário interpretar o surgimento do agricultor familiar moderno, de modo a recuperar as especificidades históricas e culturais em relação a figura do camponês (ABRAMOVAY, 2007).

Dessa forma, Abramovay (2007), caracteriza agricultura familiar na sociedade moderna como um tipo de produção “[...] altamente integrada com o mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais que não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

Além de caracterizar como sendo aquela em que a gestão, a propriedade e o trabalho estão sob o controle da família, de modo a se reproduzir e permanecer mesmo na sociedade capitalista.

O conceito de agricultor familiar que conhecemos hoje surgiu da unificação conceitual de classes. Esse conceito dá amparo a um conjunto de categorias sociais, como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros que não poderiam ser identificados como pequenos produtores, colonos ou simplesmente produtores rurais (SCHNEIDER, 2003).

São duas as metodologias principais usadas na delimitação do universo da agricultura familiar. Uma delas foi definida pelo projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, coordenado por Guanzirolí e Cardim (2000), como uma forma de agricultura baseada em três fundamentos:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feita por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção pertence a família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 8).

Outra metodologia, está baseada na Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006, considerada a lei da agricultura familiar, onde agricultor familiar é definido como:

- [...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
 - II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.
 - III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

A agricultura familiar baseia-se no trabalho da família, podendo ser complementado por mão de obra assalariada, (porém não superior a da própria família). Ainda, tendo por objetivo a produção de alimentos para a subsistência, para a comercialização e geração de renda e apresentando como característica a diversificação de atividades. Além da interligação entre trabalho e gestão, pois são os agricultores os próprios trabalhadores e gestores da propriedade.

No Brasil, são mais de 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% do total, ocupando apenas 24,3% da área total e são responsáveis por expressivos 38% do Valor Bruto de Produção (VBP) da agropecuária

nacional. Além disso, representam 74,4% do pessoal ocupado no campo, correspondendo a 12,3 milhões de pessoas (IBGE, 2009a).

Nota-se, portanto, a expressão e importância que a agricultura familiar tem para o país, além de ser uma produção que gera renda ao trabalhador e absorve mão de obra – reduzindo um problema social que é o desemprego – pode contribuir para manter as pessoas no campo. Ademais, a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pela população humana nacional. No país, responde pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja (IBGE, 2009a).

Em Santa Catarina (SC), a agricultura familiar está presente em 168.544 estabelecimentos, correspondendo a 87% do total, ocupando 44% da área total, responsáveis por 64% do VBP, representando ainda 82% do pessoal ocupado no campo. Em relação aos principais produtos de origem vegetal e animal, responde pela produção de 93% da mandioca, 87% do leite, 77% do milho, 73% do feijão, 68% das aves, 67% dos suínos, 65% dos bovinos, 64% do arroz, 30% da soja e 17% do trigo (IBGE, 2009a).

No município de Pinhalzinho – SC, a agricultura familiar está presente em 636 estabelecimentos, correspondendo a 89,7% do total, ocupando 84,8% da área total (IBGE, 2009a).

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O desenvolvimento de atores sociais por muitas vezes depende de políticas públicas específicas. Desse modo, a afirmação do conceito de agricultura familiar está ligada diretamente à institucionalização da política pública do Pronaf, traduzida como uma das respostas à pressão e às negociações políticas dos movimentos sociais da agricultura familiar com o governo.

No início da década de 1990, famílias que praticavam atividades consideradas hoje como agricultoras familiares, eram consideradas como sendo mini produtoras e a partir disso deveriam seguir as mesmas normas dos grandes produtores para conseguir um financiamento agrícola. Então, o acesso ao crédito por esses

agricultores era extremamente dificultado, ficando a mercê do financiamento rural (BALESTRIN, 2010).

Ainda na década de 1990, frente à falta de política pública especial para os agricultores familiares, pela abertura de mercados e fruto do movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à CONTAG e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), os trabalhadores até então excluídos do acesso às políticas públicas passaram a mobilizar-se e organizar-se, visando direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares. Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaques nas Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade da década de 1990, que a partir de 1995 passou a ser denominado de “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Fruto dessas jornadas de luta, visando valorizar as pequenas propriedades rurais e superar os problemas expostos acima, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que repassava créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que apesar de resultados inexpressivos, pode ser considerado um marco, tendo em vista que essa foi a primeira política pública específica para o setor (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Com o Decreto Federal nº 1.946, de 28 de junho de 1996 foi criado oficialmente o Pronaf, a partir da reformulação quase por completa do extinto PROVAP, tanto em concepção, como em sua área de abrangência. Essa política pública é certamente uma das mais marcantes para o meio rural na história recente do país (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A conquista que o Pronaf trouxe aos agricultores familiares que até então estavam esquecidos do espaço rural do Brasil, pode ser visualizado na citação a seguir:

[...] o surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares -, que até então era designada por termos de pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 21).

Segundo o capítulo 10.1.1 do Manual de Crédito Rural (MCR), do Banco Central do Brasil (BCB), o Pronaf assume o objetivo de:

[...] estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (Banco Central do Brasil, 2014a, p. 102).

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as marcas do Pronaf são o grande alcance do programa, com abrangência nacional, as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, por financiar projetos individuais ou coletivos, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país (MDA, 2013).

O programa em sua primeira formulação, destinava-se apenas ao financiamento do custeio de lavouras, com taxas de juros de 16% ao ano (a.a.) e bônus por adimplência de 25% para aqueles que arcavam com suas obrigações no prazo estipulado.

Em 1996, os juros das operações de custeio recuaram para 9% a.a. e nesse mesmo ano foi criada a modalidade de investimento, com encargos financeiros iguais à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais 6% a.a. e contavam com bônus de 50% para adimplência (BALESTRIN, 2010).

Com o passar dos anos, os critérios de distribuição do crédito rural foram ajustados, visando adequar o programa à diversidade da agricultura familiar e ampliar sua atuação nacional. Atualmente, os créditos concedidos através do Pronaf podem ser de três finalidades: custeio de safra, integralização de cotas-partes e/ou investimento (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.1 Pronaf custeio

É um crédito considerado de curto prazo, com prazo de reembolso não podendo ser superior a dois anos e os recursos contratados são destinados a prover as despesas de formação de lavoura e manutenção de rebanhos. Nessa linha são disponibilizados recursos com limite de até R\$ 100.000,00, com incidência de juros de 1,5% a.a. até 3,5% a.a. (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.2 Pronaf cota-partes

Os créditos para integralização de cotas-partes se destinam a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.3 Pronaf investimento

É uma linha de crédito de longo prazo que busca financiar atividades para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, mediante apresentação de projeto técnico, o qual poderá ser substituído, a critério da instituição financeira, por proposta simplificada de crédito (Banco Central do Brasil, 2014a) e está dividida em diferentes linhas:

2.3.3.1 Pronaf mais alimentos

Investimentos que se destinam a promover o aumento da produção, da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora. Nessa modalidade, o limite por beneficiário, a cada ano agrícola, é de R\$ 150.000,00. O prazo de reembolso é de até 6 anos para financiamento de veículos utilitários, até 15 anos para estruturas de armazenagem e até 10 anos para os demais itens financiáveis, incluídos até três anos de carência, exceto veículos utilitários, e juros de no máximo 2% a.a. Para as atividades que necessitam de maior mobilização de recursos, como a suinocultura, a avicultura e a fruticultura, o limite para investimento é de R\$ 300.000,00 (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.3.2 Pronaf agroindústria

Investimentos que visam o beneficiamento, a armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural. Nessa modalidade, o limite por beneficiário é de R\$ 150.000,00, com prazo de reembolso de até 15 anos para estruturas de armazenagem e até 10 anos para os demais itens financiáveis, com juros de no máximo 2% a.a. (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.3.3 Pronaf mulher

Destina-se ao atendimento de propostas de crédito de mulheres agricultoras familiares. Limites, taxas de juro e prazos de reembolso conforme seção 2.3.3.1 da presente monografia (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.3.4 Pronaf agroecologia

Essa linha possibilita o financiamento de sistemas de base agroecológica ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos a conversão e manutenção do empreendimento. Limites e prazos de reembolso conforme seção 2.3.3.1 dessa monografia e taxa de juros de 1% a.a., com exigência obrigatória de assistência técnica (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.3.5 Pronaf eco

Essa linha promove o financiamento com finalidade de implantar, utilizar ou recuperar tecnologias de energia renovável, ambientais, de armazenamento hídrico e de pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, sistema de silvicultura ou ainda de adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. Limites e juros conforme seção 2.3.3.1 dessa monografia e prazos de reembolso podendo chegar até 12 anos no máximo, conforme a finalidade do crédito (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.3.6 Pronaf jovem

Crédito de investimento para jovens com idade entre 16 e 29 anos, integrantes de unidades familiares enquadradas como pronafianas e que atendam uma ou mais condições previstas no MCR 10.10.1³. Taxa de juros de 1% a.a., com prazo de

³ As condições previstas no MCR 10.10.1 são às seguintes: I) tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância. II) tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um ano, curso de ciências agrárias ou veterinária em instituição de ensino superior. III) tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pelo MDA. IV) tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira.

reembolso de até 10 anos e limite de financiamento de até R\$ 15.000,00, podendo ser concedido até 3 financiamentos para cada beneficiário, desde que a contratação de novo crédito seja condicionada à prévia liquidação do anterior (Banco Central do Brasil, 2014a).

2.3.3.7 Pronaf microcrédito (Grupo “B”)

Finalidades prevista no MCR 10.13.14. Limite por beneficiário de R\$ 2.500,00, independentemente do número de operações, podendo esse limite ser elevado para até R\$ 4.000,00 quando se aplicar a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Juros de 0,5% a.a. e bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento podendo chegar até à 40%. Prazo de reembolso de 2 anos (Banco Central do Brasil, 2014a).

Além dessas, existem ainda linhas do Pronaf Floresta, Semiárido e Produtivo Orientado, porém, de menor grau de relevância em números de contratos na região Oeste Catarinense.

2.4 ATIVIDADE PRODUTIVA DO LEITE

A produção leiteira representa uma importante atividade de inserção econômica e social. Além da ampliação dos valores monetários com um giro de renda mensal, possibilitando uma organização nos caixas das propriedades, é uma atividade que contribui com a permanência de produtores no campo, evitando dessa forma o agravamento da questão social relacionada a migração. Essa atividade produtiva é de suma importância para suprimento de alimentos e para geração de emprego e renda à população mundial (SANTOS; MARCONDES, CORDEIRO, 2006).

Em âmbito mundial, a produção está disseminada em suas diferentes regiões, porém, com formas produtivas muito diversificadas e diferenças drásticas em relação à produtividade. Como principais produtores mundiais estão os EUA, Índia, China,

⁴ Conforme o MCR as finalidades previstas para essa linha são: I) financiamentos de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários. II) financiamento de custeio das atividades descritas no inciso I, exceto para as atividades agrícolas.

Rússia e Brasil, que juntos representam apenas 39,6% da produção, demonstrando a dispersão mundial da produção (EMBRAPA, 2012).

O Brasil, especialmente a partir do final da década de 1980, a produção passa por inúmeras transformações, em virtude de mudanças estruturais na economia brasileira, acesso ao crédito e alterações de ordem sanitária (buscando novos padrões de qualidade, maior controle sanitário, melhoria na qualidade da matéria-prima) e todas essas modificações demandam investimentos e ação conjunta de todos os atores dessa importante atividade. Como reflexo, o país vem aumentando a produção ano após ano. Em 1990, produziu-se 14,9 bilhões de litros de leite, já no ano de 2013 foi produzido 34,2 bilhões (IBGE, 2013), um incremento de 129,53% no período.

O estado de SC ocupa a 5ª posição no ranking de maiores produtores nacionais, com produção anual em 2013, de 2,91 bilhões de litros, apresentando crescimento contínuo ao longo dos anos. A região Oeste representou mais de 70% da produção catarinense no ano de 2013, baseando sua produção em pequenas propriedades, desenvolvendo e destacando a agricultura familiar (IBGE, 2013).

Os estabelecimentos com até 100 hectares (ha) representam 78% da produção no Brasil, 87,3% no estado de SC e, 89,1% no Oeste Catarinense (IBGE, 2009b). Desses 89,1%, no oeste catarinense, 74,60% representam propriedades de até 10 ha.

O município de Pinhalzinho – SC ocupa a 32ª posição no ranking de maiores produtores estaduais, com produção anual em 2006, de 8,5 milhões de litros e em 2010, produção de 12,28 milhões de litros, distribuídos em 533 estabelecimentos (IBGE, 2009a). Em 2013, a produção foi de 21,8 milhões de litros (PINHALZINHO, 2013). Observa-se uma evolução na produção de mais de 256% no período.

Essa conjuntura de crescimento da produção leiteira é influenciada pelo processo de modernização e imposição de sistemas de integração, relacionados à suinocultura e avicultura, frente aos quais muitos não conseguiram adequar-se, sendo excluídos do sistema produtivo. Dessa forma, a atividade leiteira surgiu como uma oportunidade de geração de renda para as pequenas propriedades, possibilitando a permanência no campo, utilizando a mão de obra familiar, otimizando os recursos da propriedade e se adequando a geografia da região.

Ainda, como principais fatores para esse aumento de produção pode ser apontado a tecnificação da atividade, com crescentes investimentos por parte dos produtores, sobretudo fazendo uso dos créditos do Pronaf, possibilitando dessa forma

a ampliação e o desenvolvimento da atividade, permitindo a agricultura familiar reproduzir-se ao longo do tempo.

Outro fator, é a existência de indústrias e cooperativas que absorvem a produção. Ainda, a melhoria da infraestrutura das propriedades, proporcionando maior qualidade do processo produtivo e diminuindo a mão de obra para realização das ordenhas. Todos esses fatores ajudam a impulsionar essa atividade produtiva, sendo hoje, umas das principais desenvolvidas pelos agricultores.

2.5 COOPERATIVISMO

A cooperação é atitude milenar. Cooperar (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* = operar juntamente com alguém para o êxito de um mesmo propósito) é uma prática que transcende a raça humana. Ela é encontrada em diversos seres da biosfera do planeta. As aves migratórias, os insetos (abelhas e formigas), as plantas (simbiose) e outras formas de vida cooperam entre si ou com os outros seres a fim de atingir um objetivo de viver ou satisfazer algumas de suas necessidades (FOLADORI, 2001).

Para Stedile, Stronzake e Martins (2006), as práticas de entre ajuda, mesmo com origem espontânea e a partir de uma necessidade concreta foram evoluindo ao longo do desenvolvimento da humanidade e se tornaram cada vez mais complexas e importantes. O marco histórico, podemos assim dizer, está no desenvolvimento do capitalismo industrial no século XVIII, quando com a Revolução Industrial se inicia um processo de mecanização dos processos de fabricação de instrumentos e utensílios, obra até então executada pela arte e destreza de artesões.

A prática da cooperação leva ao desenvolvimento de uma nova doutrina, o cooperativismo. Sendo definido por Baggio (2009, p.13) como “uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição, que considera este modelo como uma forma ideal de organização”. Assim,

No cooperativismo, a organização coletiva das atividades econômicas visa a atender às necessidades e interesses específicos das pessoas ou grupos de indivíduos. Trata-se da associação de pessoas, embora por objetivos econômicos, vinculados à valorização de seu trabalho no contexto das relações de mercado (FRANTZ, 2012, p. 22).

Essa forma de organização difere em muito das sociedades mercantis e as principais diferenças podem ser visualizadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade mercantil.

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
O principal é o homem.	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta com um voto na assembleia.	Cada cota ou ação conta com um voto nas decisões.
O controle e funcionamento é democrático.	O controle e funcionamento é financeiro e hierarquizado.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações.
Aberta à participação de novos cooperados.	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Promove a integração entre as cooperativas.	Promove a concorrência entre as sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico.

Fonte: Adaptado MAPA, 2012.

2.5.1 Cooperativismo no mundo e no Brasil

Segundo Frantz (2012), a primeira cooperativa que se tem registro foi de um grupo de 28 artesões na Inglaterra, denominada *Rochdale Society of Equitables Pioneers* (Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale) ou simplesmente cooperativa de Rochdale, a qual era uma cooperativa de consumo, na qual a união destes trabalhadores visava a aquisição conjunta de alimentos a fim de não depender dos comerciantes que os exploravam.

A iniciativa desses tecelões em 1844, condizentes e direcionados por Robert Owen, considerado o pai do cooperativismo, é marcante para a história do cooperativismo moderno. Este grupo de pessoas definiu alguns princípios, os quais todos cumpriam e que orientam até hoje o movimento cooperativista mundial.

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Mas, de modo mais evidente as experiências da cooperação foram trazidas no século XIX, porém efetivamente se desenvolveram amplamente no século XX (Banco Central do Brasil, 2008).

As primeiras cooperativas brasileiras são datadas de 1885 e 1889, ambas no estado de Minas Gerais (MG). Mas a primeira sociedade brasileira a usar o termo cooperativa, foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889, como cooperativa de consumo. Após, em 1902 foi fundada no município de Nova Petrópolis (Rio Grande do Sul - RS) a primeira cooperativa de crédito do país. E assim, nas primeiras décadas dos anos 1900 inúmeras cooperativas, nos mais variados ramos foram constituídas (Banco Central do Brasil, 2008).

As cooperativas brasileiras são regulamentadas pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, instituindo o regime jurídico vigente e definindo a cooperativa como uma sociedade de pessoas, de natureza civil (Banco Central do Brasil, 2008).

Atualmente, em função de diversas necessidades, as cooperativas atuam em diferentes áreas da atividade humana. No Brasil, são reconhecidos 13 ramos de cooperativas, sendo eles: agropecuário, trabalho, crédito, saúde, transporte, habitacional, educacional, consumo, infraestrutura, produção, mineral, turismo e lazer e especial (MAPA, 2012).

Essa forma de organização promove um bem-estar social, possibilitando o crescimento e a inclusão de pessoas, portanto, sendo necessário disseminar ainda mais a cultura do cooperativismo, para que o capital social se desenvolva de forma mais igualitária e possa ser um indutor do desenvolvimento sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos, contemplando o método da pesquisa, métodos de coleta de dados e análise e local da pesquisa, que foram utilizados para desenvolvimento da monografia.

3.1 ESTUDO DE CASO

Na realização de pesquisas, segundo Yin (2010), existem várias formas de abordagem metodológica: experimentos, levantamentos, estudo de caso, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos. Todas podem ser usadas com propósito descritivo, explicativo e explanatório ou exploratório.

Buscando responder as questões “como” propostas nos objetivos e a partir de Yin (2010), aponta-se como estratégia o estudo de caso único incorporados (um caso e unidades múltiplas de análise), como metodologia de pesquisa a ser utilizada, pois é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo inserido em um contexto da vida real e sobre o qual se tem pouco ou nenhum controle.

Para esta pesquisa, optou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso único incorporados da cadeia produtiva do leite em Pinhalzinho - SC com propósito exploratório e explanatório com caracterização descritiva, fazendo o levantamento de dados a partir da aplicação de questionários na forma de entrevista semiestruturadas, cuja característica principal é basear-se em um roteiro de questões com respostas abertas e fechadas, discorrendo sobre um tema proposto ou pergunta formulada (YIN, 2010), visando elucidar os objetivos propostos.

Em geral, os estudos de caso têm como unidade de análise uma organização, um município, uma região ou um grupo social. Mas, os casos não são selecionados ao acaso, são intencionais e devem contribuir para o entendimento do problema de pesquisa proposto, de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado do mesmo, tornando claro e compreensível o objeto da pesquisa. (GIL, 1989).

3.2 COLETA DE DADOS

Nessa pesquisa, conforme o quadro 2, para responder aos objetivos propostos, foi realizado revisão da literatura, registros de arquivos (tabelas, gráficos, censos do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) e aplicação de questionários na forma de entrevistas.

Quadro 2 - Organização metodológica do trabalho.

Objetivos específicos	Como responder	Referências
Caracterizar a agricultura familiar e a atividade produtiva do leite no município de Pinhalzinho SC;	Revisão literatura; Entrevistas – questionário;	- Teses, dissertações, IBGE; - Produtores, BB, Coooraf, Cresol, Epagri, Sicoob, Sicredi, Sintraf, STR.
Caracterizar e descrever como o Pronaf contribuiu para o desenvolvimento dos produtores e da produção leiteira no município;	Revisão literatura (dados); Entrevistas;	- Secretaria Municipal da Agricultura, BCB, MDA; - Produtores e instituições financeiras;
Caracterizar as modificações nas atividades produtivas, econômicas, na ocupação da mão de obra e na qualidade de vida na agricultura familiar, a partir da utilização do Pronaf;	Entrevistas; Revisão literatura;	- Agricultores; - Indicadores econômicos, demográficos, sociais, IBGE;
Analisar como o cooperativismo de crédito em geral, as agências bancárias e a Cresol Pinhalzinho em especial, contribuem no acesso as políticas públicas e no desenvolvimento da atividade leiteira no município;	Entrevistas; Revisão literatura;	BCB, BB, Cresol, Sicoob, Sicredi.
Apresentar os principais desafios e perspectivas para	A partir da análise dos resultados e	

a agricultura familiar produtora de leite no município;	considerações finais do trabalho;	O autor
---	-----------------------------------	---------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A elaboração dos questionários aplicados dividiram-se em: i) perguntas iniciais de abertura e introdução; ii) questões sobre tópicos diretamente relacionados com o objeto da pesquisa; e iii) questões conclusivas, visando ajudar a entender os resultados. A duração das entrevistas foi em média de 1 (uma) hora por entrevistado, sendo eles:

- a) 40 produtores de leite de Pinhalzinho - SC;
- b) Gerente de módulo da unidade - módulo crédito agrícola, Banco do Brasil (BB) – Agência de Pinhalzinho;
- c) Diretor presidente da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (GRESOL PINHALZINHO);
- d) Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (COOTRAF);
- e) Engenheiro agrônomo do escritório da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (EPAGRI) - Escritório de Pinhalzinho;
- f) Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (SINTRAF) – Sindicato Regional de Pinhalzinho;
- g) Operador de crédito do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) – Agência de Pinhalzinho;
- h) Gerente de negócios do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) – Unidade de atendimento de Pinhalzinho;
- i) Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) – Pinhalzinho.

A seleção da amostra de produtores de leite para aplicação dos questionários foi proporcionalmente dividido entre as 17 comunidades do município. Segundo dados municipais, são 320 produtores efetivamente cadastrados na secretaria de agricultura do município (PINHALZINHO, 2013), dos quais foram entrevistados uma amostra de 40, correspondendo a 12,5% do total. O número de produtores difere do apontado pelo IBGE. Essa redução pode ser explicada pelo fato do município considerar apenas

os que efetivamente emitem nota de produtor rural e ainda pode ocorrer daqueles produtores que tem o leite apenas para consumo próprio ou que vendem na forma de produtos derivados.

A seleção dos mesmos seguiu o critério de sorteio totalmente aleatório, respeitando a proporcionalidade no número de produtores a serem entrevistados por comunidade, visando conferir o mínimo de representatividade ao estudo. O sorteio foi realizado utilizando-se o software computacional Microsoft Excel® 2013. A partir dos dados dos produtores de leite fornecido pela secretaria municipal de agricultura, os mesmos foram separados conforme a comunidade e respeitando a ordem alfabética, sendo atribuído um valor numérico para cada qual.

Após, com auxílio da função =ALEATÓRIOENTRE(inferior;superior), sendo o valor inferior e superior definido para cada comunidade (exemplo: comunidade Linha Riqueza com 24 produtores, os mesmos foram numerados de 1 a 24, a função utilizada foi =ALEATÓRIOENTRE(1;24), e assim sucessivamente para as demais comunidades, procedendo-se o sorteio de forma totalmente automatizada. O resultado numérico do sorteio foi confrontado com o valor numérico atribuído ao produtor, sendo então esses os produtores sorteados.

Ainda, com caráter ilustrativo e atendendo os objetivos específicos elegeu-se o sistema Cresol genericamente e a cooperativa singular Cresol Pinhalzinho para aprofundar os entendimentos do que tange o cooperativismo de crédito em geral. Tal decisão ocorreu em virtude destas organizações apresentarem uma contribuição significativa sobre a destinação de crédito diferenciado para agricultores familiares, bem como, pela aproximação e vínculo do acadêmico condutor da pesquisa e ainda, pela facilidade na obtenção dos dados.

Os apêndices A, B e C contém os questionários utilizados na pesquisa. Exceto as entrevistas com produtores, as demais por conterem questões abertas e buscando minimizar o risco de perda e/ou esquecimento de dados foram gravadas. A gravação foi precedida de uma discussão prévia e somente iniciada após a autorização no termo de consentimento. Essas entrevistas foram transcritas, e juntamente com as entrevistas dos produtores foram armazenadas para compor um banco de dados, seguindo a sistematização e análise dos dados. Os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa foram ocultados, sendo referidos nos resultados, quando necessário, por numeração para evitar sua identificação.

Quanto a análise de dados, que consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, gráficos, seguindo Yin (2010) quatro técnicas analíticas dominantes foram utilizadas: adequação ao padrão, construção da explanação, análise de séries temporais e modelos lógicos de programa. Foram utilizados análise qualitativa e quantitativa, ambas expostas por meio da descrição analítica dos resultados, preservando sempre a identificação dos participantes.

O trabalho foi previamente analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS, conforme parecer que consta no Anexo A.

3.3 LOCAL DA PESQUISA

O município de Pinhalzinho – SC até o ano 1931 era desconhecido. Onde hoje localiza-se à cidade, só havia mato, predominando pequenas matas de pinheiro, que futuramente designaria o surgimento do nome Pinhalzinho. Os primeiros moradores, em sua grande maioria eram originários do Estado do RS. O início do povoamento deve-se também à localização geográfica, o município está localizado no centro da microrregião Oeste do Estado de SC (figura 1), situando-se entre dois grandes centros, Chapecó e São Miguel do Oeste (PINHALZINHO, 2010a).

Figura 1 - Localização do município de Pinhalzinho – SC.



Fonte: CIASC, 2014.

Pinhalzinho inicialmente era pertencente ao município de Chapecó, cuja jurisdição abrangia todo o Oeste de SC. Posteriormente, seu território passou a pertencer ao município de São Carlos – SC. Em função de sua centralização e desenvolvimento, em 1956 foi elevado à categoria de distrito desse município.

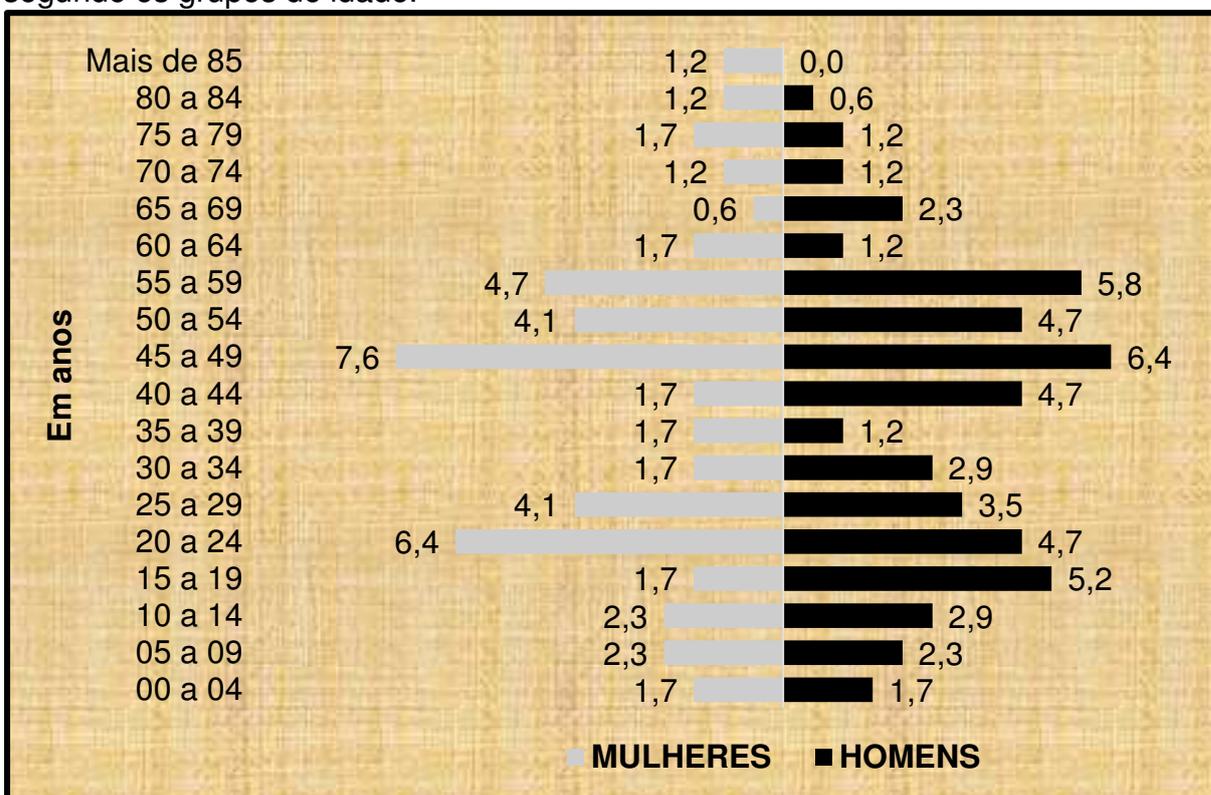
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fundamentado nas entrevistas realizadas com 40 produtores de leite do município e representantes de 8 instituições e organizações ligadas ao setor, no período de julho à setembro de 2014 e revisão bibliográfica realizada, elaborou-se o presente capítulo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADE PRODUTIVA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SC

Buscando elucidar o objetivo de caracterização da agricultura familiar e a atividade produtiva do leite no município de estudo, utilizou-se como questões a serem analisadas: distribuição dos entrevistados por sexo e segundo os grupos de idade, a condição de posse dos imóveis, tamanho das propriedades, tempo de ocupação dos imóveis, contratação de mão de obra de terceiros e as principais fontes de renda familiar. Com base nos dados é possível observar:

Gráfico 1 - Distribuição em percentual dos agricultores entrevistados por sexo e segundo os grupos de idade.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

O município apresenta uma população rural de aproximadamente 2.700 pessoas, correspondendo à aproximadamente 16% da população total do município. Quando analisamos a população total por gênero, os homens representam 50,07% e as mulheres 49,93%. Esse percentual sofre variação quando analisado somente a população rural, percebendo-se uma tendência a um processo que vem sendo denominado de masculinização no meio rural, embora nem tanto acentuado, mas demonstrando-se que o gênero masculino representa 53,92% e o feminino 46,08% (IBGE, 2011).

Esses dados condizem com os amostrados na pesquisa e estão representados no gráfico 1, onde verificou-se uma amostra masculina de 90 pessoas, correspondendo a 52,33% e feminina de 82 pessoas, representando 47,67%.

Outro fator analisado diz respeito a faixa etária da população. No Brasil, num contexto geral (urbano e rural), segundo o censo demográfico de 2010, 24,2% da população brasileira era menor de 14 anos; em 1991, essa faixa etária representava 34,7% da população. Outro fenômeno verificado é o aumento contínuo da representatividade de idosos: 7,6% da população tinha mais de 65 anos, contra 4,8% em 1991. Dessa forma, os dados mostram que o país segue a tendência de envelhecimento (IBGE, 2011). Esse cenário é verificado também no estado de SC, tanto no meio urbano como rural.

Conforme dados do gráfico 1, a população rural concentra-se nos grupos de idade de 45 a 59 anos, representando 33,1% da população amostrada. Essa análise gera preocupações no que tange à reprodução social das famílias rurais, tendo em vista a indefinição quanto à sucessão familiar e continuidade das atividades produtivas nos imóveis.

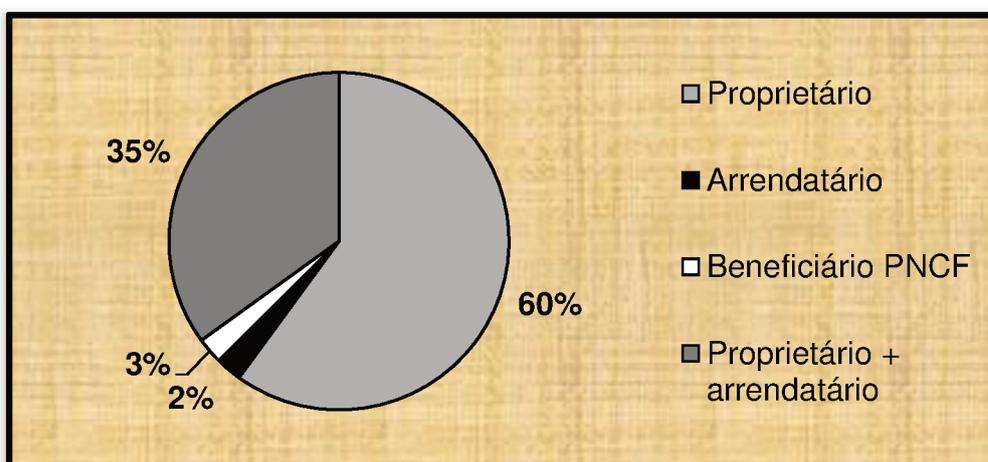
Em relação a escolaridade dos entrevistados obteve-se que, aproximadamente, 53% deles possuem apenas o ensino fundamental incompleto, justificando-se pela idade avançada da população e a falta de oportunidades de ensino em décadas anteriores. Mas, cerca de 28,5% possuem o ensino médio completo ou incompleto e mais de 8% deles tem acesso ao ensino superior. Destaca-se como fator positivo, que em três propriedades o chefe da família possui ensino superior completo.

Cabe frisar também, que em muitas propriedades os jovens continuam morando com seus pais (embora isso não signifique garantia de sucessão familiar), mesmo que possuam atividade profissional fora. Isso corrobora para os dados de

escolaridade e se dá em função da proximidade da área rural com a urbana, sendo vantajoso continuar residindo com os pais e usufruindo das vantagens que isso proporciona.

Analisando a condição de posse dos imóveis dos entrevistados, verifica-se, que em 95% das propriedades, os produtores familiares são os proprietários e 35%, além dessa condição se beneficiam de arrendamentos de terceiros. Essa situação assemelha-se com os dados levantados pelo IBGE, onde no município 94,8% dos produtores possuem a condição legal de proprietários dos estabelecimentos que usufruem (IBGE, 2009a).

Gráfico 2 - Condição de posse dos imóveis das famílias entrevistadas.

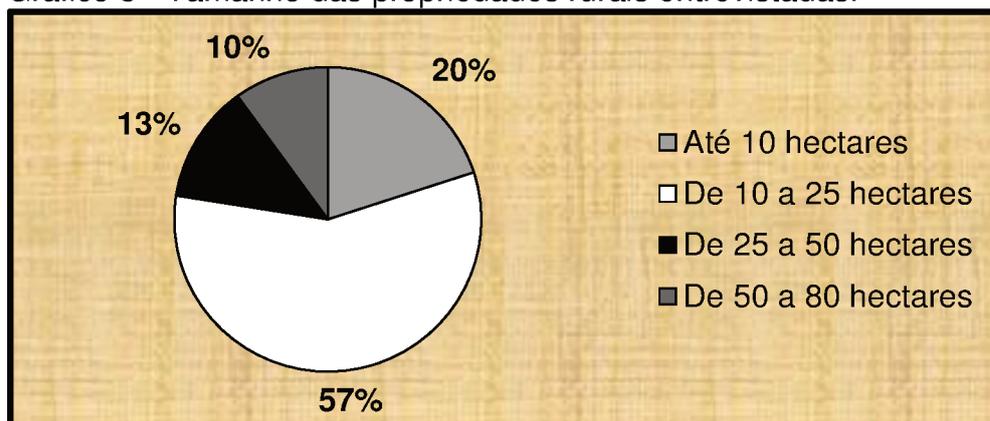


Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Então, podemos afirmar que os agricultores possuem autonomia quanto ao processo de gestão das propriedades, de governança própria e de decisão no ponto de vista de novos investimentos. Dessa forma, garantindo maior segurança e confiabilidade nas decisões e planejamentos futuros e ainda permitindo a reprodução social da agricultura familiar nesse contexto.

Quanto ao tamanho das propriedades, a pesquisa de campo apontou que todos os entrevistados são enquadrados como agricultores familiares, dentro dos critérios previstos pela Lei 11.326/2006 quanto ao requisito total de área, ou seja, não possuindo a qualquer título área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, que representam 80 ha no município. A área média das propriedades é de 19,6 ha e apenas 10% das propriedades amostradas possui área superior a 50 ha.

Gráfico 3 - Tamanho das propriedades rurais entrevistadas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

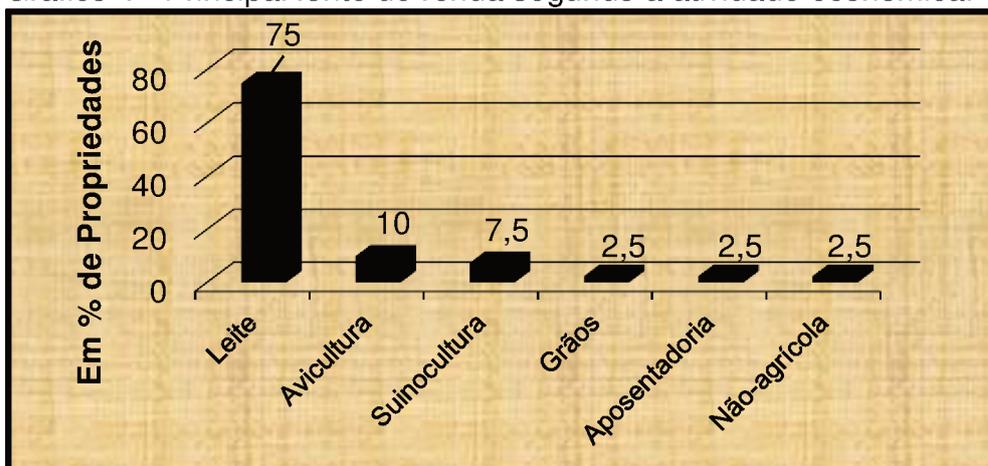
Esta característica de predomínio de pequenas propriedades é marcante para a região oeste de SC, onde a agricultura familiar exerce papel importante no desenvolvimento local. Pelo gráfico acima, 77% dos agricultores possuem área inferior a 25 ha. Dessa forma, por tratar-se de pequenas áreas de terra, as atividades produtivas são desenvolvidas pela própria família, havendo baixo índice de contratação de mão de obra. Apenas em uma propriedade, (ou seja, 2,5% dos entrevistados) declararam haver contratação de mão de obra, a qual possui 1 empregado com tempo de contratação inferior a 6 meses. Os demais, ou seja, 97,5% utilizam apenas mão de obra familiar nas atividades econômicas do empreendimento, perfil característico da agricultura familiar e também previsto na Lei 11.326/2006 como requisito para enquadramento como agricultor familiar.

Outro fator que chama a atenção é o tempo de ocupação dos imóveis pelas famílias: 60% delas detém a posse a mais de 30 anos. Dessa forma, pelos dados, possivelmente seja a segunda geração da família que vem dirigindo os estabelecimentos, passando dos pais para os filhos a condição de proprietário e é comum a permanência destes na propriedade.

Em relação às principais fontes de renda familiar, as respostas apresentadas no gráfico 4 apontaram uma realidade a qual retrata que a maioria das famílias tem como principal atividade econômica o leite, sendo apontado por muitos dos entrevistados como o “salário do meio rural”, corroborando com os autores Santos, Marcondes e Cordeiro (2006), e demonstrando dessa forma, sua importância para a sustentação econômica das famílias.

Na sequência aparecem as atividades ligadas a integração (aves e suínos). Importante destacar ainda a pouca participação no cultivo de grãos na região, embora haja condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Isso nos leva a afirmar que a produção de grãos vem perdendo espaço para a atividade leiteira e ainda, o fator da conversão de grande parte das áreas de milho para produção de silagem.

Gráfico 4 - Principal fonte de renda segundo a atividade econômica.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Os dados mostram ainda uma diversidade das atividades produtivas, sendo que 85% dos entrevistados afirmaram possuir duas ou mais fontes de renda, isso se torna importante para que a agricultura familiar possa manter-se nesse mercado cada vez mais competitivo e excludente. A diversificação das atividades agrícolas pode ser uma alternativa, uma vez que poderá diminuir os riscos da dependência de apenas uma atividade como principal fonte de renda e manutenção familiar, embora isso exija a garantia de mão de obra.

O perfil da produção de leite das propriedades nas quais se realizou entrevistas no município foi analisado a partir do histórico do número de animais nas propriedades, do tempo em que a atividade leiteira é desenvolvida na propriedade e da produção diária de leite, convertida em média anual.

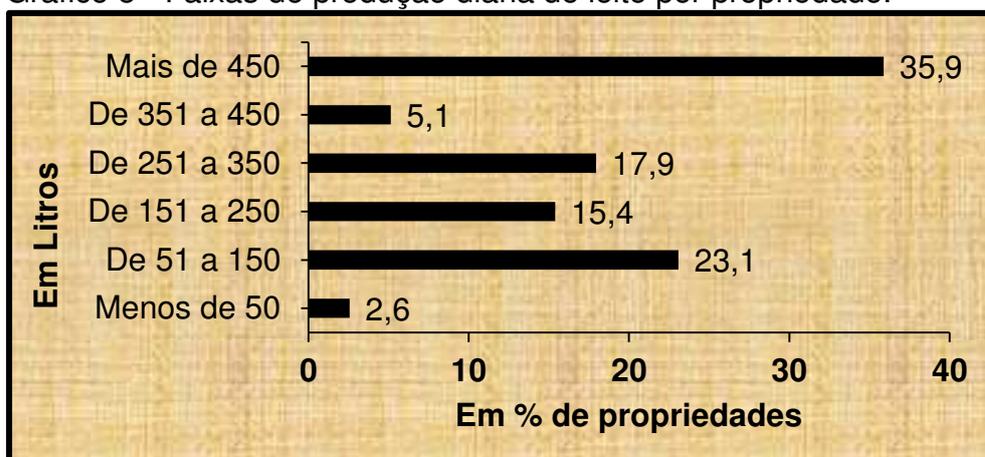
Quanto ao número de vacas, compreendidas vacas em lactação e secas, observa-se um aumento considerável. Pela pesquisa, em 1997 a média de vacas por produtor era de 9,4. Atualmente esse número alcança 25 cabeças. Da mesma forma, analisando o número de novilhas, o aumento é ainda maior, passando de 4,6 em 1997 para 14,7 atualmente, demonstrando o crescimento dessa atividade. Segundo dados do IBGE (2009a), em 2006 o município possuía 4.605 vacas ordenhadas, com

produtividade média municipal de 1.845 litros de leite/vaca/ano, superior à média nacional de 1.492 litros de leite/vaca/ano (IBGE, 2013).

A atividade leiteira no município apresenta-se estruturada, com o leite sendo produzido em 533 estabelecimentos, ou seja, em 74,4% do total (IBGE, 2009a), e na pesquisa 15% dos entrevistados afirmaram possuir o leite como única fonte de renda na propriedade. Ainda pelos dados da pesquisa, 85% dos entrevistados desenvolvem a atividade leiteira a mais de 10 anos, demonstrando dessa forma o caráter de solidez, de aperfeiçoamento e de dedicação à atividade, refletindo diretamente nas fontes de geração de renda discutidas anteriormente.

Conforme o gráfico 5, mais de 35% dos produtores entrevistados produzem mais de 450 litros/dia, ou seja, valores superiores a 160.000 litros/ano, muito embora aproximadamente 56% deles produzam de 51 a 350 litros/dia, demonstrando a heterogeneidade dos produtores analisados.

Gráfico 5 - Faixas de produção diária de leite por propriedade.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Analisando os produtores com produtividade superior, é perceptível o nível de profissionalização na atividade, com investimentos constantes em estrutura, equipamentos, implementos e melhorias no plantel de animais. Porém, quanto aos que produzem menos de 50 litros/dia, podem ser vitimados por processos como o não recolhimento pela indústria, devido aos custos logísticos desta operação, o que pode induzi-los a exclusão dos modelos tradicionais desta cadeia produtiva.

4.2 O PRONAF E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PINHALZINHO – SC

Nesta seção, será abordado a política pública do Pronaf, buscando analisar qual sua contribuição no desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares entrevistados de Pinhalzinho – SC e inferir quanto à sua importância para o desenvolvimento da atividade produtiva do leite no município.

Conforme apresentado no capítulo 2, seção 2.3 da presente monografia, o Pronaf é um importante subsídio e indutor do desenvolvimento. Desde sua criação o programa já passou por inúmeras reformulações e mesmo sendo uma política relativamente nova, nota-se uma constante evolução, seja em termos de recursos disponibilizados, como em questão burocráticas e legais, proporcionando melhorias operacionais e ampliação no acesso.

Em sua primeira formulação o programa disponibilizou R\$ 93 milhões, distribuídos em aproximadamente 32 mil contratos na modalidade de custeio da safra agrícola (MATTEI, 2005). Conforme o gráfico 6, a partir do ano agrícola 2002/2003 houve um aumento progressivo nos recursos disponibilizados. O volume de recursos disponibilizado pelo Pronaf teve um aumento gigantesco na ordem de 435% entre o período de 2002/2003 à 2014/2015.

Gráfico 6 - Evolução do Pronaf no Plano Safra da Agricultura Familiar.



Fonte: BRASIL, 2014. Divulgação MDA.

Esse crescimento no aporte de recursos demonstra a mudança de percepção e importância dada à agricultura familiar, fazendo com que esse novo ator social (agricultor familiar) viabilize sua unidade familiar de produção e mais que isso, se valorize enquanto seu papel social na produção de alimentos e promoção do desenvolvimento sustentável.

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, o montante de recursos disponibilizados para todas as linhas do Pronaf é de 24,1 bilhões de reais, buscando beneficiar as mais diversas atividades, com destaque para as atividades da cadeia do leite, aquisição de máquinas e equipamentos e modernização da estrutura produtiva das unidades familiares (MDA, 2014).

Segundo Mattei (2005), no início do Pronaf havia uma concentração acentuada de recursos na região Sul. Porém, a partir dos anos 2000, a abrangência passou a ser mais nacional, verificando ano após ano um número maior de contratos formalizados. Atualmente, aproximadamente 98% dos municípios brasileiros possuem acesso à créditos do Pronaf (BRASIL, 2014).

Os estados da região Sul, juntamente com MG, são respectivamente os maiores tomadores de crédito do Pronaf, atingindo 61,2% dos recursos totais. Na safra agrícola 2013/2014 o estado de SC contratou R\$ 2.587.585.794,32, distribuídos em 124.384 contratos (Banco Central do Brasil, 2014b). Importante frisar que nesse mesmo ano agrícola, as instituições financeiras contrataram 6,11% a mais que o valor inicialmente disponibilizado, isso em função da demanda dos agricultores familiares.

Quadro 3 - Número de contratos e montante contratado de Pronaf por modalidade. Pinhalzinho - SC, 2013/2014.

Modalidade	Contratos	Montante (R\$)
Custeio agrícola	273	8.872.025,07
Custeio pecuário	186	8.176.631,22
Investimento agrícola	116	3.748.949,65
Investimento pecuário	216	8.269.901,42
Total	791	29.067.507,36

Fonte: Adaptado Banco Central do Brasil, 2014b.

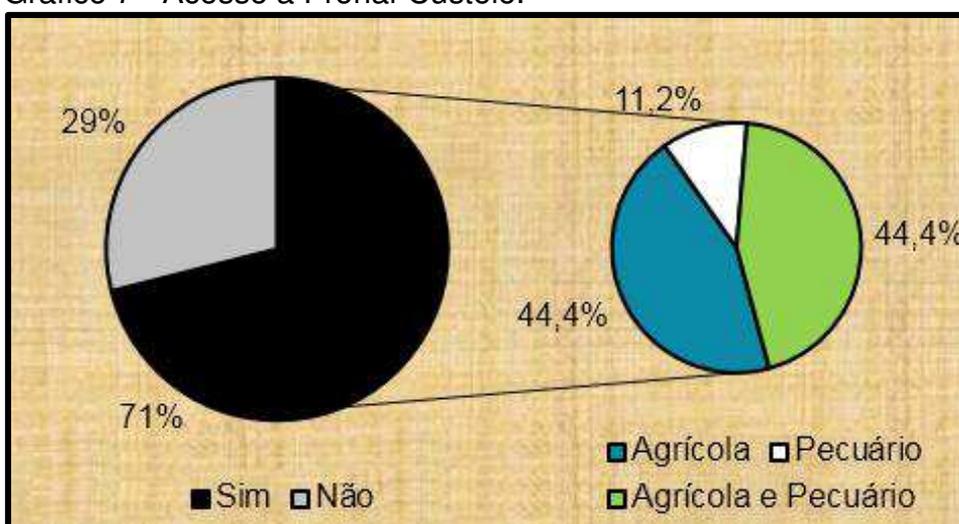
Com base nos dados obtidos na pesquisa a campo, os produtores de leite de Pinhalzinho – SC, possuem quase em sua totalidade (97,5%) conhecimento quanto

ao programa Pronaf (um entrevistado conhece mas não acessa, alegando a burocracia como empecilho e outro disse não conhecer e que não tem interesse, pois mora próximo ao centro urbano e não vê necessidades de acesso ao crédito).

Quando analisado a distinção por modalidade (custeio ou investimento), a percentagem de produtores que acessam investimento é superior aquele verificado de custeios (gráficos 7 e 8), conflitando com os dados do quadro 3. Dentre eles, 88,8% dos produtores acessam o custeio agrícola e 55,6% acessam o custeio pecuário, observando que praticamente a metade deles possui acesso a ambos.

O custeio agrícola possui maior adesão em virtude da cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), assegurando, dessa forma, a área financiada quanto a intempéries climáticas. Ainda, pela demanda maior de recursos exigida para implantação da lavoura, diferindo do custeio pecuário com aplicação mais gradual e relativa dos recursos ao longo do ano, porém ambos adquirem grande importância para os agricultores familiares.

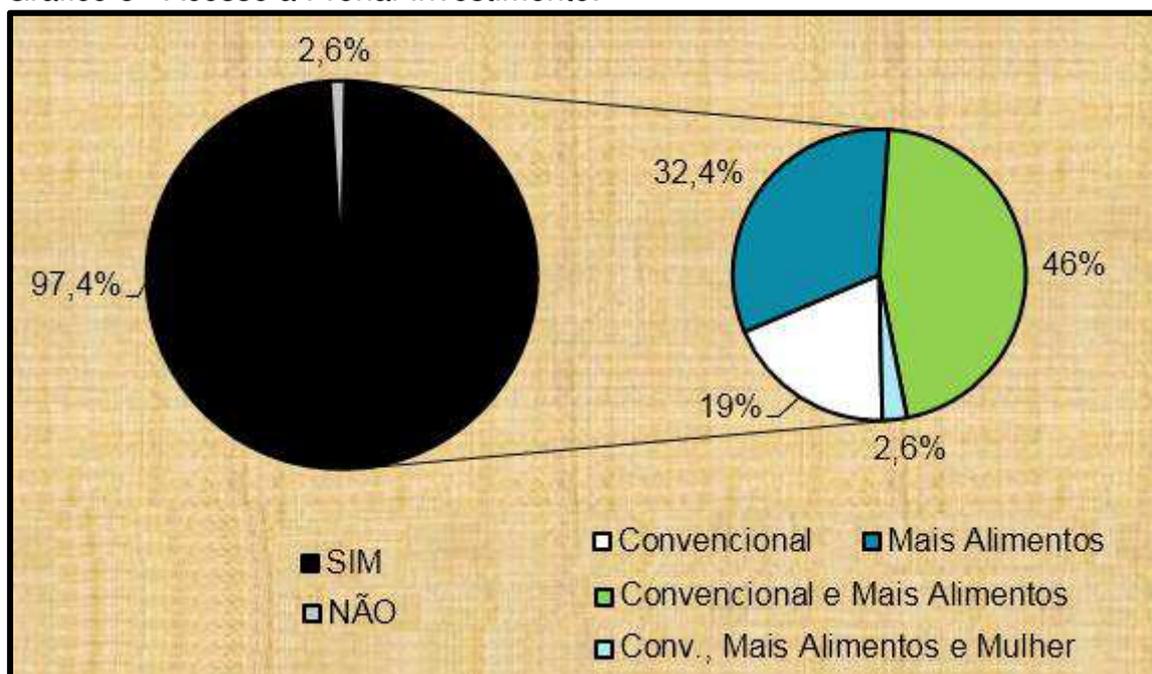
Gráfico 7 - Acesso à Pronaf Custeio.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Já na modalidade de investimento, conforme o gráfico 8, ocorre uma concentração de demanda de recursos em três linhas: mais alimentos, convencional (que atualmente foi unificada em mais alimentos) e mulher. Considerando os produtores analisados, 48,6% deles possuem operações em mais de uma linha e verifica-se um crescimento contínuo nos beneficiados pela linha mais alimentos.

Gráfico 8 - Acesso à Pronaf Investimento.



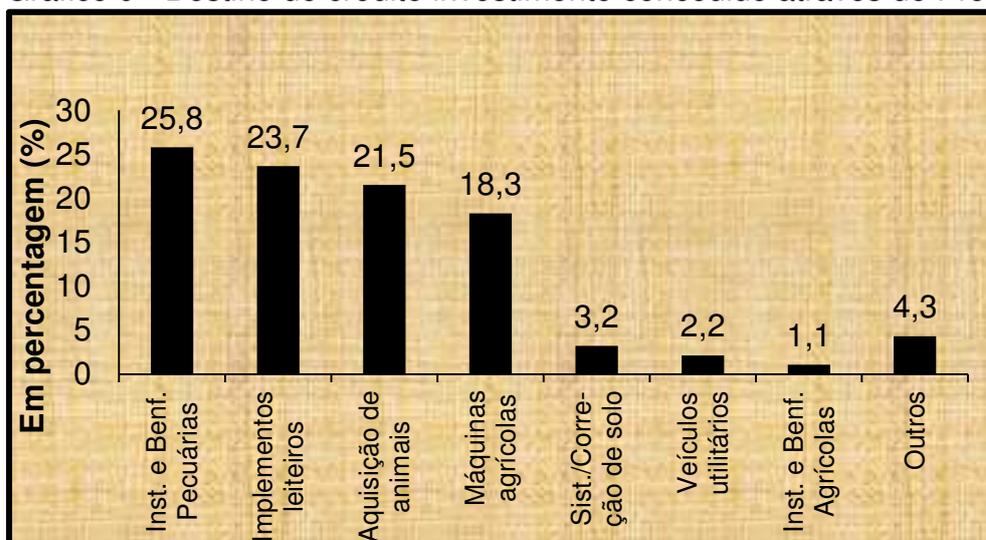
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Como obrigação prevista no MCR, o crédito do investimento contratado através do Pronaf exige projeto técnico ou plano simplificado. Pela pesquisa com produtores, 24% dos projetos são elaborados pelas próprias instituições financeiras e esse mesmo percentual corresponde à profissionais técnicos de cooperativas. Destaque também para projetos elaborados por profissional do sindicato dos trabalhadores, empresas de assistência técnica particular ou por agrônomo autônomo, que correspondem a 38% do percentual. Atribui-se apenas 8% da elaboração à Epagri. Os demais (6%) são elaborados por técnicos autônomos ou ainda profissionais vinculados a prefeitura municipal.

Esses profissionais responsáveis não influenciam onde aplicar os recursos, porém, por vezes, ocorre o processo de orientação técnica simultânea. Desse modo podem haver pequenas modificações no projeto/plano almejado inicialmente.

Conforme já apresentado nesta seção, a atividade pecuária absorve o maior volume de recursos e número de operações de crédito do Pronaf no município de Pinhalzinho – SC. Esse dado também foi verificado na pesquisa (gráfico 9), na qual 71% do crédito de investimento foi aplicado com finalidades na atividade e isso representa ligação direta com a produção leiteira no município, garantindo seu desenvolvimento. Esse mesmo comportamento no destino do crédito foi observado na pesquisa com as instituições e organizações.

Gráfico 9 - Destino do crédito investimento concedido através do Pronaf.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Entre os produtores de leite que acessam o Pronaf, 61% deles afirmaram buscar o crédito do Pronaf a mais de 10 anos, destacando-se ainda que os produtores, por iniciativa própria foram em busca do crédito no início.

Esse fator nos leva ao menos a duas constatações. A primeira pode ser considerada positiva, pois demonstra o interesse e a autonomia dos produtores. A segunda, gera preocupações, pois o produtor acessa o crédito sem de fato ocorrer uma assistência técnica contínua no processo produtivo, não sendo um crédito orientado, então os investimentos realizados nem sempre garantem a geração de renda na propriedade ou poderiam não ser a melhor opção de investimento no momento, podendo levar ao alto grau de endividamento ou ainda problemas de ordem técnica das atividades.

Quando perguntados se enfrentam dificuldades no pagamento de algum empréstimo obtido pelo Pronaf, 95% dos produtores afirmaram que não. O único produtor que afirmou que já enfrentou atribui como principais motivos os problemas climáticos e ainda o baixo preço dos produtos no momento da comercialização.

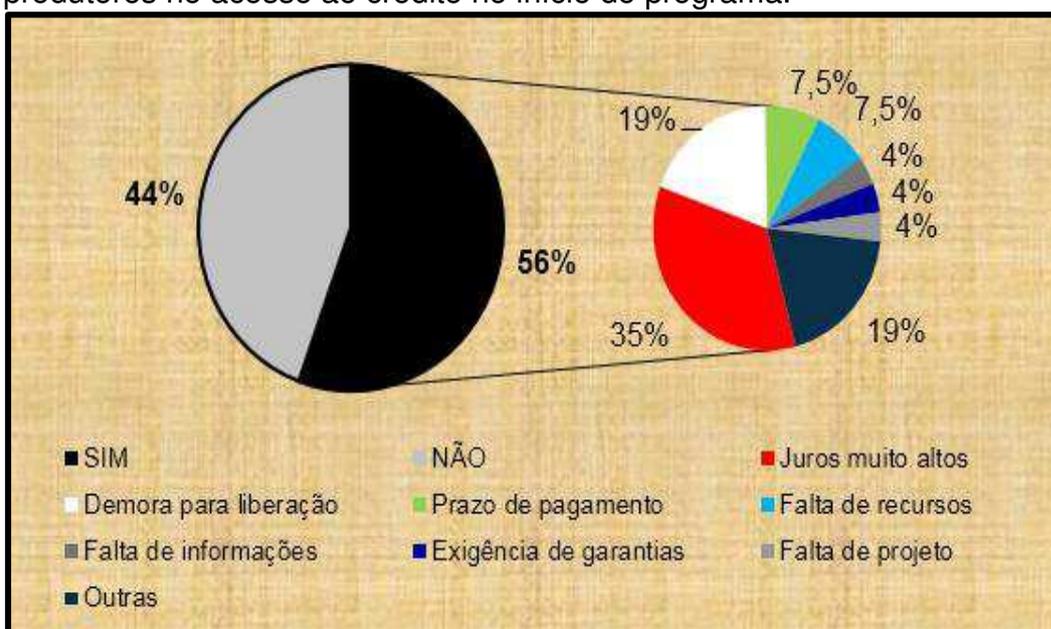
Esses mesmos dados quanto a inadimplência são verificados nas instituições e organizações, onde fica nítido que a grande maioria dos produtores não enfrentam dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras assumidas por meio do Pronaf. Nesse sentido, conforme apontado na seção 2.3, o Pronaf possui as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país, apresentando como média histórica 3%, reduzindo esse valor ano após ano (SAF, 2014).

Essa baixa inadimplência pode ser justificada, segundo dados das entrevistas, pois os recursos liberados são aplicados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta ou projeto técnico e ainda pela existência de outros programas/políticas públicas que fomentam o desenvolvimento das comunidades locais e garantem a sustentabilidade dos produtores.

Ainda, pela existência de fiscalização *in loco* das operações de crédito rural. Obteve-se a informação de que 63% dos produtores analisados afirmaram que já foram visitados e fiscalizados em algum momento. Todas instituições financeiras afirmaram possuírem formas de fiscalização das operações, garantindo os percentuais mínimos previstos pelo BCB, ou seja, na grande maioria das linhas realizam a fiscalização por amostragem.

Hoje o Pronaf é tido como um exemplo de programa de aporte de recursos públicos. Mas, no seu início, as dificuldades eram plausíveis e consideradas empecilho para o acesso. Segundo dados obtidos nas entrevistas com os produtores, muitos deles apontaram várias dificuldades no início do programa (gráfico 10) destacando-se questões operacionais como juros muito altos e a demora para liberação.

Gráfico 10 - Existência de dificuldades e quais as principais enfrentadas pelos produtores no acesso ao crédito no início do programa.

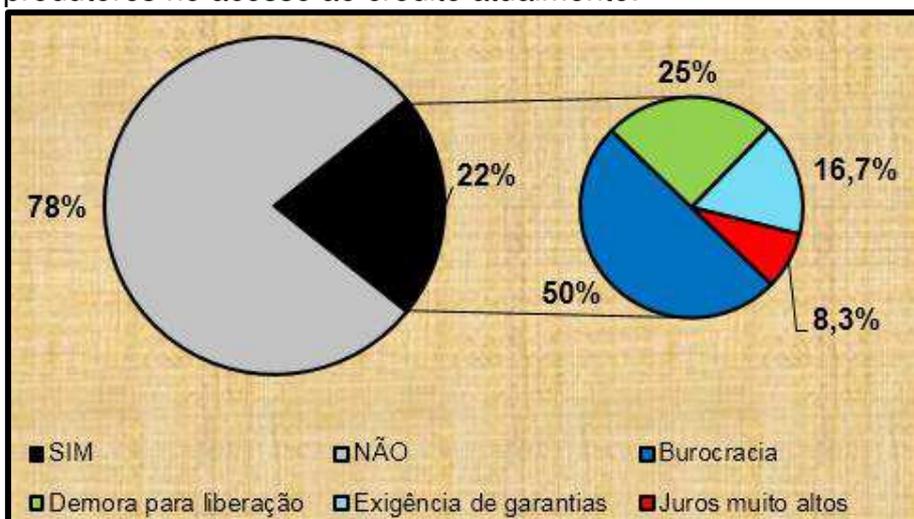


Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Da mesma forma, as instituições e organizações entrevistadas em sua totalidade afirmaram que no início do programa existiam muitas dificuldades, tanto para os agricultores acessarem, quanto para as instituições. Diferentemente dos produtores, apontam a burocracia e a falta de recursos como principais dificuldades.

Hoje, a grande maioria dos produtores afirmaram não existirem dificuldades no acesso ao programa, quando comparado com o início do programa, como podemos observar no gráfico 11. Para os produtores, hoje a principal dificuldade é a burocracia existente. Já para as instituições e organizações, grande maioria delas afirmam não existirem dificuldades de acesso, mas entre as que afirmam existirem dificuldades citaram o controle quanto a condição de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a precariedade quanto ao acompanhamento técnico e ainda a exigência de garantias, mas os avanços são muitos no período.

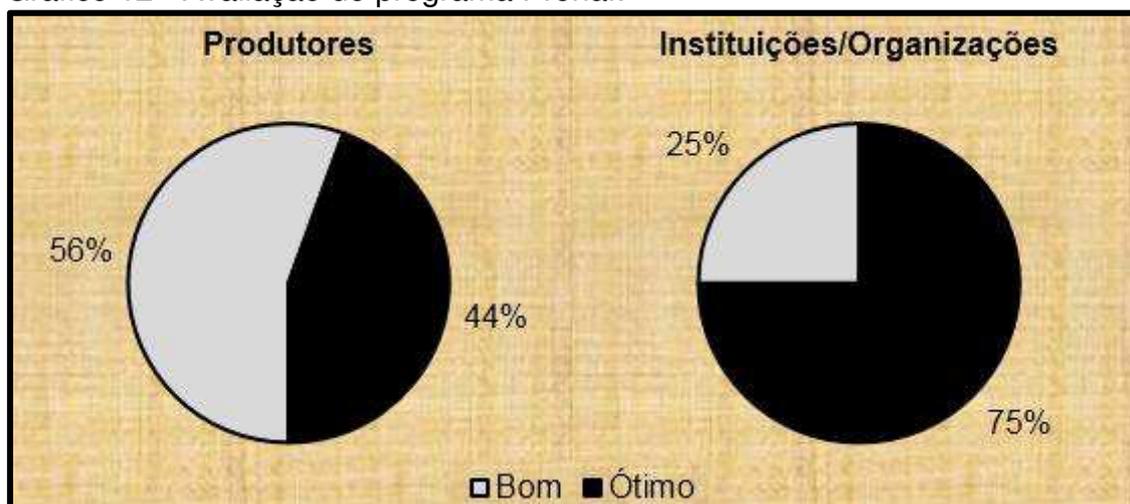
Gráfico 11 - Existência de dificuldades e quais as principais enfrentadas pelos produtores no acesso ao crédito atualmente.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Por fim, foi perguntado aos entrevistados quanto à avaliação do Pronaf (gráfico 12). As respostas se concentraram em Ótimo e Bom, não sendo registrado nenhuma resposta nas demais opções apresentadas. Essa avaliação nos leva a constatar que o programa acaba sendo um importante indutor do desenvolvimento socioeconômico, alavancando as unidades produtivas e possuem o respaldo de produtores, organizações e instituições financeiras. Ainda, possibilita investimentos que promovem o crescimento do setor leiteiro no município, assumindo grande importância para a atividade.

Gráfico 12 - Avaliação do programa Pronaf.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

O Pronaf vem fortalecendo inúmeras cadeias produtivas, sendo o leite uma delas, possibilitando o desenvolvimento rural e tendo importância incisiva na definição do futuro da agricultura familiar, além de dar suporte às atividades agropecuárias por ela desempenhadas e viabilizando o bem-estar da família.

4.3 TEMPOS DE MUDANÇAS

As transformações na agricultura brasileira ocorrem de forma bastante rápida. Essas mudanças atingem em maior ou menor grau todos aqueles que fazem parte desse setor e isso também é verificado na região oeste catarinense. Em Pinhalzinho – SC, é possível notar inúmeras alterações no que tange atividades produtivas desenvolvidas, com destaque para algumas em detrimento de outras, modificações ainda no que diz respeito às condições econômicas, no uso e ocupação da mão de obra e também na qualidade de vida de agricultores familiares.

Ao longo dos anos as atividades produtivas dos agricultores vem se modificando. Conforme narrativa de alguns entrevistados quando questionados sobre as mudanças ocorridas nas atividades produtivas dos agricultores familiares, de 1997 até hoje em dia, eles afirmam que:

“[...] Na produção agrícola de grãos houve uma significativa redução da área plantada, com aumento proporcional na produtividade. Muitas áreas destinadas a produção de grãos tornaram-se pastagens permanentes, sendo que a atividade da bovinocultura de leite a que mais se destacou em aumento da produção” (Entrevista n. 04).

“[...] A gente percebe que aqui na nossa região a própria integração, (suinocultura e avicultura) teve um crescimento muito grande, focado nessa questão do crédito nos últimos anos e sem dúvida destacamos a atividade leiteira como uma das principais que obtiveram crescimento” (Entrevista n. 02).

O destaque para a cadeia produtiva do leite é evidente, sendo apontado por todos entrevistados. Essa evidência é enfatizada pelos entrevistados e alguns fatores e motivos são destacados por eles como principais:

“[...] O destaque para o leite ocorre em função do crédito. Claro que não conseguimos avaliar como estaria a produção de leite sem o crédito, seria impossível de imaginar, mas nós engatinhava sem o aporte de recursos públicos para a cadeia do leite e a produção seria inexpressiva. Nesse processo, o acesso ao crédito rural do Pronaf está diretamente ligado, está intrínseco. [...] A produção aumentou conforme aumentou o aporte de recursos” (Entrevista n. 03).

“[...] O crédito deu uma incentivada importante. [...] Principalmente o Pronaf, que é a linha que mais propicia benefícios em virtude do prazo, taxas e condições de pagamento. Também frisar a importância das empresas de extensão rural (Epagri, prefeitura, cooperativas), prestando assessoria, consultoria, atendimento as propriedades, aos produtores de leite. A atividade se destacou também pela existência de indústrias na região, por dar melhores condições de valorização do produtor e manter a estabilidade. Em resumo, acesso ao crédito, assistência técnica e existência de indústrias próximas” (Entrevista n. 06).

“[...] Vejo que os motivos para esse destaque são muitos, cito: melhor acompanhamento técnico, melhoramento genético, incentivos da indústria na região, pequenas propriedades com possibilidade de plantar para grãos, tecnologia, renda mensal e também as linhas de crédito que viabilizam o investimento” (Entrevista n. 07).

A maior condição de ampliação de capital em certas regiões e produtores, levaram ao longo do tempo a atração de agroindústrias interligadas ao setor, e na medida que se desenvolviam juntamente com essas regiões produtivas verifica-se também um maior desenvolvimento socioeconômico dos produtores, pois a indústria absorve e garante a industrialização de toda produção e os insere nos mais diversos mercados.

O crédito do Pronaf também participa dessa estruturação, possibilitando investimentos que permitiram a construção de estruturas produtivas, de reestruturação das propriedades e de aperfeiçoamento de atividades econômicas, com maior especialização, melhor desempenho econômico e ainda modificações de caráter social, passando a significar novas oportunidades.

Os produtores que acessam créditos do Pronaf elevam o seu nível tecnológico e ampliam a produtividade agropecuária de suas unidades de produção, ou seja, ampliam a renda líquida. Analisando os dados da pesquisa de campo, os beneficiários do programa ampliaram significativamente suas estruturas produtivas, sejam elas, construções rurais, máquinas ou implementos. Com base na pesquisa à campo, a partir do recorte na linha do tempo, no ano de 1996/1997, em função de ser o primeiro ano agrícola efetivo de operacionalização do Pronaf, é nítida a evolução das propriedades. E os produtores destacam que essas melhorias somente foram possíveis graças ao acesso ao crédito.

No gráfico 9, são apresentados os principais destinos do crédito investimento e entre eles os que mais proporcionaram mudanças na rotina de trabalho dos agricultores familiares são melhorias nas instalações pecuárias (compreendendo principalmente construções de salas de ordenha e demais instalações para os animais), os equipamentos e implementos leiteiros (ordenhadeira e resfriador de expansão a granel) e ainda máquinas ou implementos agrícolas (trator, plataforma traseira e kit forrageiras).

Os produtores entrevistados relataram, que com a utilização dessas ferramentas foi possível a redução do uso de mão de obra em função da maior mecanização, possibilitando assim maior segurança nas atividades, mais conforto, descanso, praticidade, um trabalho mais organizado, com possibilidade de opções de lazer, viajar e a maior geração de renda, atuando diretamente em alterações de ordem social, como exemplo a construção ou melhoria da moradia, aquisição de automóvel novo, motocicleta, piscina, climatizadores de ar, embelezamento de propriedades, ou seja, investimentos pensados no bem-estar da família.

Esse comportamento fica evidenciado pelo testemunho de alguns entrevistados quando interrogados sobre as principais mudanças na vida das famílias após acesso ao Pronaf:

“[...] Em primeiro lugar melhoramos as condições de trabalho, o crédito deu condição de aumentar produção, rebanho, mas também de melhorias de instalações, aquisição de equipamentos que ajudaram na mecanização da atividade [...] melhorou a renda e isso dá uma nova perspectiva de vida no meio rural, comer bem, se vestir bem, ter um veículo novo, reformar a casa, fazer casa nova, então é uma corrente” (Entrevista n. 02).

“[...] O que fica mais nítido olhando para as propriedades é a qualidade de vida das famílias, tendo casa nova, carro, um lugar mais bonito, mais organizado, com telefone, acesso à internet (inclusive realizando transações

financeiras online), e a partir do Pronaf modernizou a mão de obra. A qualidade de vida melhorou e melhorou muito. E o produtor fica mais motivado e diminui a discriminação com pessoas do campo” (Entrevista n. 06).

Complementar a essa melhoria na qualidade de vida, os produtores se sentem mais motivados a continuarem com as atividades produtivas no campo e permanecerem como agricultores familiares. Esse comportamento foi verificado quando questionados sobre a condição de ser agricultor, a avaliação foi positiva. Para 82,5% dos entrevistados é bom desenvolver a atividade de agricultor e 10% deles consideram muito bom. Isso fortalece as ações por eles desenvolvidos, gerando autoestima e confiança para seguir em frente.

Portanto, o acesso ao crédito do Pronaf contribui nessas modificações e podemos afirmar ainda, que possibilita melhores condições de vida dos agricultores familiares, assumindo importância no processo de reprodução social desse público e permitindo sua permanência no meio rural.

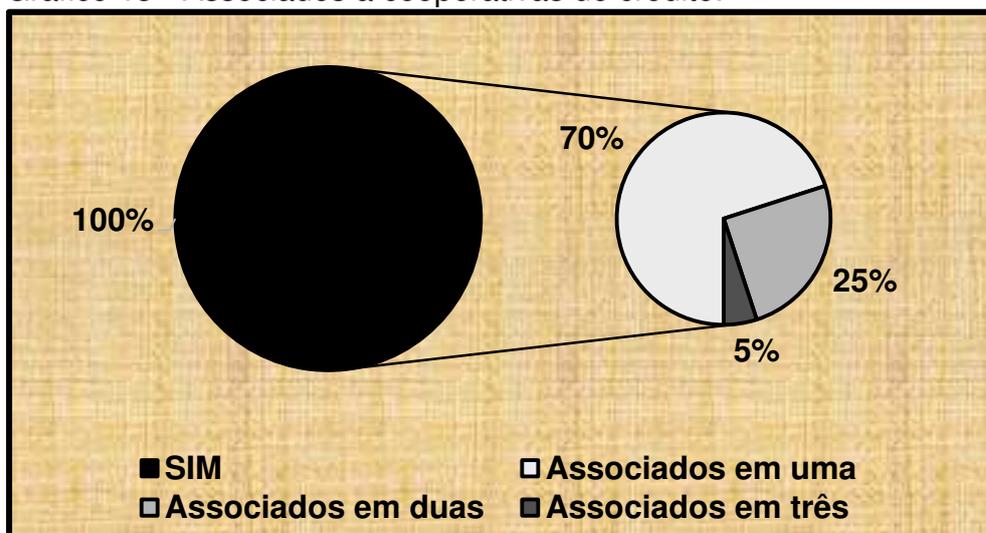
4.4 A FORÇA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Seguindo esse contexto de valorização da agricultura familiar, do crescimento e desenvolvimento das atividades econômicas por parte dos produtores, com grande destaque para o setor leiteiro, o aporte de recursos por meio do programa de crédito Pronaf se consolida como importante política pública. Nesse sentido, as instituições financeiras, representadas pelos bancos e cooperativas de crédito possuem papel fundamental.

No município estudado, o cooperativismo, nos seus mais variados ramos, é um dos elementos que contribui para o desenvolvimento socioeconômico. E sem dúvida, o ramo do crédito merece destaque. O município dispõe de três cooperativas de crédito (Cresol, Sicoob e Sicredi), que atendem à demanda de produtores rurais da região.

Esse destaque pode ser visualizado no gráfico 13. Segundo dados da pesquisa de campo, a totalidade dos produtores possui vínculo com cooperativas de crédito, demonstrando a importância que as mesmas assumem no acesso ao crédito e nos demais produtos e serviços ofertados.

Gráfico 13 - Associados à cooperativas de crédito.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Ainda, os entrevistados afirmaram quase em sua totalidade, que o conjunto de instituições financeiras existentes no município proporciona o acesso as políticas públicas de crédito e ainda atua diretamente no desenvolvimento da atividade leiteira. Percebe-se ainda, relações de parcerias entre banco e cooperativas, através de formalização de convênios, prestação de serviços e afins, visando integrar cada vez mais os produtores ao sistema bancário ou financeiro, sejam eles associados ou clientes.

Da mesma forma, as organizações e instituições tem claro o seu papel frente a essa importância e são unânimes que todas possuem suas contribuições e conforme os testemunhos dos próprios entrevistados:

“[...] as cooperativas contribuem na medida que o banco, a instituição financeira talvez não estaria atingindo a todas famílias, a cooperativa é local, conhece melhor as comunidades que o banco, e agrega mais pessoas ao crédito, então aquela pessoa a margem e que o banco ainda não tenha conseguido atingir, a cooperativa busca essa família e dá a ela a oportunidade de acesso, inserindo e participando mais, sendo de grande valor” (Entrevista n. 01).

“[...] as cooperativas dão oportunidade para aquelas famílias que ainda não estavam inseridas no sistema financeiro, dando oportunidade para financiamento de custeio, investimento” (Entrevista n. 05).

Em percentagem, segundo dados da pesquisa, os entrevistados utilizam as instituições financeiras para formalização de suas operações na forma a seguir

descrita: cooperativa Sicoob abrange 42,6% dos entrevistados, BB 32,8%, Cresol 14,8%, Sicredi 8,2% e outras 1,6%.

4.4.1 Sistema Cresol e cooperativa singular Cresol Pinhalzinho

O sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol, apresenta-se como um importante elemento de apoio aos agricultores familiares, pois atende prioritariamente esse público e ainda por ser uma cooperativa de economia solidária.

O sistema Cresol, é fruto da luta das famílias agricultoras, juntamente com um movimento sindical forte e organizado, de modo a promover o acesso ao crédito e pela inclusão social dos agricultores familiares, participando como sujeitos num projeto de desenvolvimento local e sustentável (MAGRI; GABRIEL JUNIOR, 2011).

A história do sistema Cresol caminha paralelamente a luta dos movimentos sindicais e sociais para criação do Pronaf, portanto, meados da década de 1990. Nesse período de criação do Pronaf, em meados de 1995, surgem também as primeiras cooperativas Cresol, que vem de um debate de um cooperativismo solidário, diferentemente do modelo de cooperativismo existente na época, atrelado as cooperativas de produção com um visível direcionamento e que não abrangiam todas as regiões.

A primeira cooperativa do sistema Cresol estava localizada no município de Dois Vizinhos – Paraná. Com a constituição de mais quatro cooperativas optou-se pela criação de uma cooperativa central de serviços, denominada de Base Central de Serviços (BASER), sendo a primeira central do sistema (MAGRI; GABRIEL JUNIOR, 2011).

Em 1998, o sistema começa sua expansão para os estados de SC e RS. Essa expansão:

“[...] se deu em função das primeiras ações e trabalhos realizados e a avaliação de que dava certo, que os agricultores tinham acesso de uma forma facilitada à cooperativa, pelo perfil de direção, de colaboradores, de receber, de atender e de confiar no negócio dos agricultores” (Entrevista n. 02).

Em 2004, baseado no princípio da descentralização e buscando atender sobretudo as cooperativas dos estados de SC e RS, foi criado a segunda cooperativa

central de crédito, a Cresol Central SC/RS, com sede em Chapecó - SC (MAGRI; GABRIEL JUNIOR, 2011).

A história de constituição da Cresol Pinhalzinho passou por dois momentos distintos de discussão. O primeiro, em 1998, quando considerou-se que o momento não era adequado para constituição de uma cooperativa Cresol no município, visto a existência de outra instituição cooperativa estabelecida e consolidada. Em 2004, retoma-se esse debate. Na época as lideranças que fizeram as discussões de criação da cooperativa sabiam das dificuldades e eram ligados diretamente ao movimento sindical (BIAZUS, 2014).

O então presidente do Sintraf de Pinhalzinho foi a pessoa que assumiu esse compromisso de construção. Após deixar a presidência, assumiu a função de secretário de políticas públicas, pelo sindicato regional, com a missão de elaborar o projeto de constituição da Cresol Pinhalzinho, buscando parcerias com as lideranças comunitárias dos sete municípios de abrangência do sindicato, ligadas a própria igreja católica, administrações municipais, Epagri, demais órgãos de assistência técnica e entidades prestadoras de serviços aos agricultores, fazendo esse debate conjunto, fortalecendo a ideia de criação da cooperativa (BIAZUS, 2014).

Em 30 de março de 2005, após a aprovação do projeto de criação pelo BCB se fez a assembleia de aprovação e constituição da Cresol Pinhalzinho, com sede nesse município. No projeto em específico foram 24 fundadores, cada um com capital integralizado de R\$ 180,00, totalizando R\$ 4.320,00. Esse foi o único capital existente para abertura da cooperativa (BIAZUS, 2014).

Após a abertura, iniciou-se reuniões comunitárias, buscando novos associados que fizessem movimentação no depósito à vista, a prazo, capitalização e a partir dessas condições ter acesso a recursos do Pronaf através de convênios por meio da Cresol Central SC/RS, para posterior repasse aos associados. Sem dúvida, nos primeiros anos não existia um valor muito expressivo de crédito. O patrimônio da cooperativa era baixo, portanto, a condição de financiamento era pouca e também a condição dos próprios agricultores não era como hoje. Mas, esses desafios foram superados e hoje a cooperativa se constitui num importante elemento de fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar para Pinhalzinho e região oeste catarinense (BIAZUS, 2014).

A cooperativa possui área de abrangência de 14 municípios, contando além da sede em Pinhalzinho, com Posto de Atendimento (PA) em Saudades, Maravilha e

Nova Erechim, inaugurados em 2007, 2011 e 2013, respectivamente. Atendendo hoje a mais de 2.400 associados com diversos produtos e serviços, busca cumprir com a missão de “fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativas através do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento sustentável” (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2014, p.1).

As instituições financeiras de modo geral, sejam elas cooperativas ou bancárias, promovem e possibilitam o desenvolvimento de atividades produtivas dos agricultores e isso fica evidente quando analisada a cadeia do leite, pois tudo o que foi exposto aqui se encontra interligado, formando uma grande rede. De nada adianta ter um programa que disponibiliza recursos financeiros, se não existir instituições que possibilitam o acesso pelos produtores e da mesma forma deve haver o interesse e engajamento por parte de produtores, dispostos a manter as atividades e continuar investindo e assim fazendo com que esse grande ciclo não se interrompa. Portanto, são vários elos, várias partes, que juntas formam uma grande corrente em prol de benefícios mútuos.

4.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO, A PARTIR DA AMOSTRA ESTUDADA

O modelo de produção diversificada da agricultura familiar na região, sendo caracterizada por sua forte indústria agroalimentar, sustentada pela integração (aves e suínos) e pela posição expressiva na produção leiteira nacional vem merecendo maiores discussões quanto ao futuro.

Nesse contexto, Testa et al. (2003 apud SCHUBERT; NIEDERLE, 2011), aponta a coexistência de duas estratégias. De um lado uma estratégia “desenvolvimentista”, propondo a inclusão de uma ampla maioria de agricultores, buscando prover sistemas sustentáveis, apoiados em pequenas cooperativas locais, diversificados e de acordo com a realidade das unidades produtivas. De outro, uma estratégia “produtivista”, com concentração e especialização na produção, excluindo muitos produtores, verticalizados e extremamente dependente de insumos externos, gerando instabilidades e altos custos de produção e fortemente dependente das condições de mercado.

A partir disso, a figura 3 ilustra as principais diferenças entre as estratégias e ainda apresenta características e consequências possíveis da escolha das mesmas, apresentadas de forma resumida no *framework* a seguir:

Figura 3 - *Framework* características e consequências possíveis da escolha de estratégia desenvolvimentista ou produtivista.

DESENVOLVIMENTISTA		PRODUTIVISTA	
CARACTERÍSTICAS			
Produção horizontal		Produção vertical	
Sistemas sustentáveis		Sistemas insustentáveis	
Uso econômico de terras menos nobres praticável		Uso econômico de terras menos nobres impraticável	
Agricultor familiar como ator social		Empregado do capital	
Menor dependência insumos externos		Dependente de insumos externos	
Apoiado em pequenas cooperativas		Apoiado em grandes corporações	
Diversificação de atividades		Especialização na atividade leiteira	
Inclusão de produtores		Exclusão de produtores	
CONSEQUÊNCIAS			
Menores custos de produção		Maiores custos de produção	
Sucessão rural potencializada		Sucessão rural inibida	
Maior demanda de mão de obra		Menor demanda de mão de obra	
Êxodo rural previsto baixo		Êxodo rural previsto muito alto	
Maior valorização dos saberes e cultura das comunidades locais		Menor valorização dos saberes e cultura das comunidades locais	
Menores impactos ambientais		Maiores impactos ambientais	
Aumento da resiliência dos sistemas		Redução da resiliência dos sistemas	
Alta geração de renda adicional		Baixa geração de renda adicional	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014. Baseado em SCHUBERT; NIEDERLE, 2011.

Pelo conhecimento das condições locais e pelos dados obtidos na pesquisa, as duas estratégias se mostram presentes nos produtores de leite do município, porém a desenvolvimentista perdendo espaço e sendo ocupada progressivamente pela produtivista, tendendo ao mesmo caminho da agricultura brasileira nos anos 1960.

Essa realidade pode ser visualizada conforme relato de um entrevistado:

“[...] Vejo que se nós agricultores não pensarmos num modelo de produção onde que o agricultor tenha domínio da cadeia produtiva, da produção até a industrialização, comercialização, ele vai ficar refém de um modelo produtivo a qual vai se direcionar a integração, da mesma forma como foi suínos e aves. Então, uma concentração de produção em propriedades que vão se profissionalizar, que daqui a pouco ao invés de ter duas ou três atividades produtivas, terão apenas o leite, apenas grãos, apenas suínos, aves” (Entrevista n. 02).

Essa “evolução” no modo de produzir, pode ser justificada pela existência de alguns fatores e desafios que tangem o setor leiteiro no município e os principais são descritos e analisados abaixo.

1 – Mão de obra. Apontado por muitos dos entrevistados, esse fator produtivo gera preocupações, podendo ser um limitador de inúmeras atividades ou um promotor de mudanças, pois exige uma reorganização dos sistemas produtivos. Essa limitação pode estar associada a intensificação e demanda do fator trabalho pelas indústrias locais, pelo tamanho das famílias, em face à uma família numerosa de décadas atrás um número reduzido de pessoas. Essas duas condições particulares, concomitante ao fator social da migração campo-cidade, restringem a mão de obra no campo. E ainda, uma terceira condição pelas tecnologias aplicadas as necessidades da agricultura familiar por ora serem inadequadas. Essa escassez é parcialmente compensada pela elevação da produtividade e pela utilização de diaristas temporários, o que exige maior volume de investimentos

2 – Sucessão familiar. Paralelo ao efeito da restrição de mão de obra esse fator constitui um desafio à agricultura familiar e a estratégia de produção adotada. A sucessão, compreendendo a transferência do patrimônio, a continuação das atividades produtivas paternas e a mudança do gestor da propriedade, aliado ainda ao processo de envelhecimento da população rural (conforme gráfico 1) levam a indefinições e incertezas quanto à reprodução social de agricultores familiares. Esse desafio pode ser superado na medida que ocorra principalmente a valorização da figura do agricultor familiar, a maior geração de renda nas propriedades e o comum acordo entre pais e filhos quanto ao tema.

O depoimento a seguir expressa esses dois desafios:

“[...] A produção mais que triplicou, hoje tem produção boa, com boa genética. Mas percebemos que algumas famílias estão deixando a atividade, por causa

da escassez da mão de obra, idade avançada de patriarcas e matriarcas e falta de sucessão” (Entrevista n. 05).

3 – Limite de área produtiva. Uma das características da atividade leiteira vinculadas à agricultores familiares é o processo de aproveitamento de terras não nobres. Porém esse também começa a ser um desafio, visto que a tecnificação, modernização e a migração para a estratégia produtivista, exigem áreas em melhores condições. Inicialmente, existe a exigência de ampliação de áreas pelo aumento no número de animais nas propriedades, onde a área utilizada não comporta os mesmos. E também, com o uso crescente de máquinas e implementos as áreas devem ser cada vez mais mecanizáveis, por isso, justifica-se o investimento em sistematização de solo apontados no gráfico 9. Outras saídas encontradas pelos produtores são os investimentos em sistemas de confinamento, com destaque para o “*compost barn*”, ou estábulo com compostagem e a maior oferta de alimentos volumosos no cocho (silagem, feno, pré-secado), bem como a maior dependência de insumos externos (ração, premix, sal mineral, farelos, etc).

4 – Questão ambiental. Frente as exigências crescentes em questões ambientais esse também pode ser considerado um desafio relevante. Embora em SC a atividade leiteira ainda não seja dependente de licenciamento ambiental para operação, exceto em condições de produção confinada e semi-confinada, a perspectiva é que isso ocorra num futuro próximo. Contudo, indiferente da estratégia adotada, a preocupação e gestão ambiental devem estar presentes. Respeitar a legislação em relação à proteção de nascentes, cursos d’água, rios, riachos e outros. Desenvolver atividades agropecuárias de acordo com os parâmetros ecológicos regionais. E amenizar os possíveis impactos ambientais, buscando promover sempre o desenvolvimento sustentável.

Apesar disso, a atividade leiteira apresenta perspectivas positivas aos produtores de Pinhalzinho e região. Essa expectativa, além do futuro imaginado para os pequenos produtores de leite do município, podem ser visualizadas nos testemunhos de alguns entrevistados:

“[...] Tem espaço para crescimento, não somente em números de famílias. [...] Tem espaço para melhorias das propriedades, em genética, mais produção, e isso será absorvido pela indústria” (Entrevista n. 01).

“[...] Hoje estamos praticamente em uma encruzilhada com a atividade do leite. Vejo que o futuro para nossa região é longo ainda, estamos com algumas empresas se instalando aqui agora, empresas de grande porte e que

certamente não vão querer que a atividade leiteira se acabe aqui na região. Não creio que a agricultura familiar vai sair da jogada” (Entrevista n. 02).

“[...] Futuro tem, mas na minha avaliação o leite vai diminuir para os preços internacionais (30 centavos de dólares) e vai ficar quem é eficiente, aí quem possui alto endividamento, investimentos mal realizados de recursos, esses vão enfrentar dificuldades. Os produtores que vão permanecer devem aumentar a produção e espero que as agroindústrias não verticalizem a produção. Hoje só não conseguiram implantar a integração no leite porque a vaca tem rúmen e precisa de bastante volumoso, se fosse só ração já teriam feito” (Entrevista n. 08).

Considerando essa perspectiva, as organizações e instituições entrevistadas afirmaram possuírem atividades para desenvolver a pecuária de leite junto aos agricultores familiares. Podemos citar projetos de fomento, parcerias com diversas organizações, capacitações permanentes de produtores, ações que visam a industrialização de produtos, difusão da produção de leite a base de pasto, intervenção em questões genéticas, apoio a programas governamentais, entre outras.

Sem dúvida, o leite manterá seu espaço na produção municipal, mas os desafios e as estratégias adotadas nortearão o futuro dessa atividade. A busca pela produção que vise e atenda ao desenvolvimento sustentável deve ser priorizada, sendo adotada por instituições e organizações como meta de desempenho para a atividade, beneficiando dessa forma a todos os elos envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que se propôs a analisar a contribuição do Pronaf no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho – SC, verificou que essa política pública assume papel central na sua promoção e ainda apresenta a capacidade de auxiliar os agricultores familiares em processos que visam sua reprodução social e econômica.

O município de Pinhalzinho – SC, apresenta predominância de agricultores familiares e estes desenvolvem dentre outras atividades a produção leiteira. O início dessa atividade se origina da exclusão de produtores dos modelos propostos pela integração (suínos e aves) e no qual o leite passou a ser uma válvula de escape para muitos. E ainda, pela possibilidade de geração de renda mensal, garantindo um sustento econômico para os produtores.

A atividade leiteira alavancou seu crescimento nos últimos anos e isso se deve em muito a possibilidade de acesso ao crédito do Pronaf. Esse programa, originado da luta e organização de agricultores familiares pode ser considerado um dos elementos essenciais para o desenvolvimento socioeconômico. Isso foi verificado através do entendimento das principais finalidades dos créditos, com grande predomínio do destino para ações ligadas a atividade leiteira.

O acesso ao Pronaf, seja através das linhas de custeio ou investimento, possibilita o aporte de recursos na unidade de produção e ainda promove mudanças. Essas mudanças, não dizem respeito apenas as atividades produtivas, mas envolvem questões sociais, econômicas e de bem-estar, logo contribuindo para permanência dos agricultores familiares no campo.

Mas, esse acesso ao crédito só é possível graças a existência de instituições financeiras (sejam elas bancos ou cooperativas de crédito) e essas desempenham papel fundamental. Nesse quesito, no município são três instituições que atuavam com o crédito rural até a safra 2013/2014 e serão quatro a partir da safra 2014/2015. Dentre elas, destaque para cooperativas de crédito, pois atuam como um agente importante do Pronaf, fazendo com que os recursos cheguem de forma mais ágil e prática ao agricultor familiar e de fato contribuam e promovam o desenvolvimento da atividade leiteira no município.

No entanto, conclui-se que essa atividade produtiva vive um momento de decisão, frente aos desafios que surgem. Entre eles, podemos citar a preocupação com a existência de mão de obra, a garantia de sucessão familiar, o limite de área

produtiva e questões de ordem ambiental e esses fatores determinarão o futuro e a estratégia adotada para a atividade.

Garantidos e/ou superados esses desafios, as perspectivas para a produção leiteira no município podem ser consideradas finalmente positivas e com possibilidades de crescimento. Esse crescimento, atrelado as práticas de desenvolvimento sustentável dessa atividade produtiva, garantirão o futuro de muitos agricultores familiares.

Por fim, fica evidenciado o papel e a contribuição do crédito rural do Pronaf, como um instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento da agricultura familiar e isso relaciona-se diretamente ao setor leiteiro, uma das principais atividades produtivas desenvolvidas na região e não sendo diferente no município do estudo. Portanto, é imprescindível sua continuidade e expansão, conforme análise feita, evidenciando as consequências positivas originadas através do programa.

Como limitações deste estudo, aponta-se o pouco tempo para realização das entrevistas, bem como a dificuldade de encontrar materiais bibliográficos específicos sobre o tema, buscando contemplar a realidade regional e local do estudo. Ainda, aponta-se a defasagem dos censos agropecuários, não dispondo de dados oficiais atualizados nessa área de estudo.

Como recomendações, sugere-se que futuros estudos possam aprofundar os desafios apontados na presente monografia, elucidando e propondo alternativas aos agricultores familiares. Ainda, com caráter investigatório, apontar as evoluções patrimoniais nas propriedades e entender quais os motivos que levam agricultores a acessarem créditos do Pronaf. Por certo, ao encerrar esse estudo, é provável que questões ficaram em aberto, renovando a necessidade de continuar a investigar o tema, pelo fato da complexidade do meio rural e pela heterogeneidade do público da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALBA, Rosalino Luís. **Crédito rural para a agricultura familiar**: o perfil dos associados/as da Cresol Fco. Beltrão-PR. 2009. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão do Cooperativismo de Crédito Solidário, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/56.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.

AYUB, Bruna Rayet. **Política pública do Pronaf Mais Alimentos**: uma ferramenta de estímulo ao desenvolvimento da produção leiteira da agricultura familiar em Porto União - SC. 2012. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado - UnC, Canoinhas, 2012. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/editais/DISSERTACAO_BRUNA_R_AYUB-FINAL.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

BAGGIO, Adelar Francisco. **Estratégias de cooperação e relações associativas**. Ijuí, RS: Unijuí, 2009. Disponível em: <[http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/274/Estratégias de cooperação e relações associativas.pdf?sequence=1](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/274/Estrategias%20de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20e%20rela%C3%A7%C3%B5es%20associativas.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 16 out. 2014.

BALESTRIN, Juliano. **A relevância do Pronaf na Agricultura Familiar**: perspectiva e importância do programa desde sua criação. 2010. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25416/000750715.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 out. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Cooperativas de crédito**: História da evolução normativa no Brasil. 6. ed. Brasília, DF: BCB, 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Informações PRONAF Safra 2013/2014 do MDA**. 2014b [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <cresolcentral@cresolcentral.com.br;gean.maldaner@cresolcentral.com.br>. Em: 04 jul. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **MCR - Manual do Crédito Rural 2014**. Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro – Derop. 2014a. Atualização MCR nº 585, de 1º de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/Manual/MCR.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

BIAZUS, Cizinando. **Cizinando Biazus**: entrevista [ago. 2014]. Entrevistador: Gean Carlos Maldaner. Pinhalzinho: Cresol Pinhalzinho, 2014. Acervo pessoal. Entrevista concedida ao trabalho de conclusão de curso de graduação UFFS, Chapecó.

BRASIL, PORTAL. **Economia e emprego**: Recursos do Pronaf são contratados por 98% dos agricultores. Divulgação MDA. Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/recursos-do-pronaf-sao-contratados-por-98-dos-agricultores/plano-safra-2013-2014-mda.jpg/view>>. Acesso em: 27 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 04 jan. 2014.

CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CIASC). **Mapa Interativo de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>>. Acesso em: 27 set. 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRESOL CENTRAL SC/RS. **Missão**. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/a-cresol-central;jsessionid=S4ifKV0yTDepl6dGTQDYxKk8.portal01>>. Acesso em: 15 out. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Estatísticas do leite**: Principais países produtores de leite no mundo - 2010. 2012. Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/tabela0212.php#>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FERRAZ, Osni Giani. **A sustentabilidade dos agricultores familiares de leite associados à CLAF nas dimensões ambiental, sociocultural e institucional**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2625/000373831.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Breve resenha das condições e surgimento dos hominídeos. Unicamp. Campinas – SP, 2001. Disponível em: <<http://interambiente-meioambienteesociedade.blogspot.com.br/2006/08/limites-do-desenvolvimento-sustentvel.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí, RS: Unijuí, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 out. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1989. Disponível em: <<http://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2013.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO) Disponível em: <<http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf> >. Acesso em: 15 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006: Resultados preliminares**. Rio de Janeiro: 2009a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006 - Agricultura familiar: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - primeiros resultados**. Rio de Janeiro: 2009b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades – estimativa da população 2011-2014**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421290>>. Acesso em 10 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da pecuária municipal 2013**. 41. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/2013/ppm2013.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar comparação internacional: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, v.1.

MAGRI, Cledir A.; GABRIEL JUNIOR, Egon. **Cresol Dona Emma: 10 anos gerando desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: IFIBE, 2011. Disponível em: <http://datasites.cresolcentral.com.br/cresolcentral/publicacoes/1311368791202_Cresol_Dona_Emma:_10_anos_gerando_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: Análise de indicadores. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204229-74145-lt_Impactos_do_Pronaf_An-2889335.pdf>. Acesso em: 27 set. 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Cooperativismo**. 2. ed. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo e Associativismo/Publicações e Mídias/cooperativismo atualizada 2012.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo_e_Associativismo/Publicações_e_Mídias/cooperativismo_atualizada_2012.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/Plano%20Safra%2014-15_04jun2014_noite.pdf>. Acesso em: 27 set. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Programas**: Crédito Rural - Pronaf. 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Breve história do trabalho rural no Brasil**. Campinas, SP, 2009. Disponível em: <http://www.feagri.unicamp.br/unimac/pdfs/Breve_Historia_do_Trabalho_Rural_no_Brasil.pdf> Acesso em: 14 jan. 2014.

PINHALZINHO, Prefeitura Municipal. **Histórico**. Pinhalzinho, 2010a. Disponível em: <http://www.pinhalzinho.sc.gov.br/2010/index.php?link=institucional&id_texto=1>. Acesso em: 27 set. 2014.

PINHALZINHO, Prefeitura Municipal. **Plano diretor participativo do município de Pinhalzinho/SC**: Sistema rodoviário municipal. 2010b. Elaborado por FUNDESTE, Instituto Goio-En, UNOCHAPECÓ. Disponível em: <<http://www.pinhalzinho.sc.gov.br/download/minuta2.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

PINHALZINHO, Prefeitura Municipal. Secretaria da agricultura. **Produtores de leite do município de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho, 2013. Documento fornecido de forma impressa originado do relatório de movimentação financeira por produtos, ano base 2012.

PINHALZINHO, Prefeitura Municipal. Secretaria da agricultura. **Produção de leite do município de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho, 2014. Documento fornecido de forma impressa originado do relatório de movimentação por produtos.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Osvaldo Vieira dos; MARCONDES, Tabajara; CORDEIRO, João Lari Félix. **Estudo da cadeia do leite**: prospecção e demandas. Florianópolis: EPAGRI, 2006. Disponível em: <[http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Estudo da Cadeia do leite.pdf](http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Estudo_da_Cadeia_do leite.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Políticas públicas e participação social do Brasil rural**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Cap. 2. p. 21-50. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

SCHUBERT, Maycon Noremborg; NIEDERLE, Paulo André. **A competitividade do cooperativismo de pequeno porte no sistema agroindustrial do leite no oeste catarinense**. IDeAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 1, p.188-216, 26 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2F dialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4060585.pdf&ei=O01GVKGF7ORsQSBqoKQAw&usg=AFQjCNGe-J9d4fTG01bF0JvaLijTnYBMAw&bvm=bv.77880786,d.cWc>>. Acesso em: 16 out. 2014.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF). **Políticas para a agricultura familiar no Brasil: Componentes principais**. Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.8ceea.com.br/temas/default/arquivos/palestras/Valter%20Bianchini.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2014.

SOUZA, Raquel Pereira de. **As transformações na cadeia produtiva do leite e a viabilidade da agricultura familiar: o caso do sistema COORLAC (RS)**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11921/000619271.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

STEDILE, Miguel E.; STRONZAKE, Judite; MARTINS, Adalberto. **O desenvolvimento da cooperação**. Cartilha de apoio I. Programa de Formação para a cooperação e organização dos Assentamentos. Organizado pelo MST. São Paulo – SP, 2006.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira. **O Pronaf em Salvador das Missões: Contradições de uma política de crédito**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18809/000726429.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 out. 2013.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola - uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso - Planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A - Questionário Cresol

Este formulário destina-se a uma pesquisa de cunho acadêmico, cujo tema é a Importância do crédito rural no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho – SC.

Instituição: _____

Nome entrevistado (opcional) _____

1. Como iniciou a formação do Sistema Cresol Central SC/RS? Como se mobilizaram? E em que período? _____

2. Quais foram os motivos que levaram os agricultores familiares em Pinhalzinho e região a se mobilizarem em busca de uma organização, originando posteriormente uma cooperativa de crédito? O que eles buscavam?

3. Quais os principais acontecimentos na história da Cresol Pinhalzinho que a caracterizam? (Momentos que são relevantes ou importantes para se destacar).

4. Como está organizada a Cresol Pinhalzinho atualmente? Qual é a área de abrangência? Quantos postos de atendimento? _____

5. Qual a sua visão em relação a agricultura familiar na área de abrangência da Cresol Pinhalzinho? O que a Cresol tem vivenciado sobre agricultura familiar que a caracterize na região de abrangência da cooperativa? _____

6. Quando iniciou sua atividade profissional em Pinhalzinho? _____

7. Como você vê as mudanças ocorridas nas atividades produtivas dos agricultores familiares, de 1997 até hoje em dia? Quais se destacaram? _____

8. A produção de leite vem se destacando nas últimas décadas em nossa região. Quais foram os motivos para esse destaque? Você atribui esse destaque ao acesso ao Pronaf por parte dos produtores rurais? _____

9. Quais as atividades que sua instituição realiza para desenvolver a pecuária de leite junto aos agricultores familiares de Pinhalzinho? _____

Em relação ao PRONAF:

10. Quais os principais destinos do crédito investimento? (Até 3 opções).

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Aquisição de animais | <input type="checkbox"/> Transição para orgânicos |
| <input type="checkbox"/> Inst. e benfeitorias agrícolas | <input type="checkbox"/> Máquinas agrícolas |
| <input type="checkbox"/> Inst. e benfeitorias pecuárias | <input type="checkbox"/> Equip. e implementos leiteiros |
| <input type="checkbox"/> Veículos utilitários | <input type="checkbox"/> Sistematização e correção de solo |
| <input type="checkbox"/> Reflorestamento | <input type="checkbox"/> Outros. Quais: _____ |

11. Quem realiza o projeto?

- Própria instituição Agrônomo autônomo Técnico autônomo
 Epagri Empresa ASTEC particular Técnico cooperativas
 Agrônomo ou Técnico sindicato Outros. Quais: _____

12. Aqueles que fazem os projetos influenciam onde aplicar os recursos?

() Sim () Não () As vezes

13. Os recursos liberados são aplicados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta ou projeto?

() Sim () Não () Em partes

14. Existe algum tipo de fiscalização na aplicação dos recursos?

() Sim () Não () Raramente

Obs.: _____

15. Em sua opinião, em algum momento da existência do Pronaf existiram dificuldades de acesso ao crédito?

() Sim () Não () Desconhece

16. Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? Em ordem de importância.

() Inadimplência () Burocracia () Demora para liberação
 () Prazo de pagamento () Juros muito altos () Exigência de garantias
 () Falta de informações () Falta de projeto () Falta de recursos

Outras. Quais: _____

17. Em sua opinião, atualmente existem dificuldades de acesso ao crédito?

() Sim () Não () Desconhece

18. Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? Em ordem de importância.

() Inadimplência () Burocracia () Demora para liberação
 () Prazo de pagamento () Juros muito altos () Exigência de garantias
 () Falta de informações () Falta de projeto () Falta de recursos

Outras. Quais: _____

19. Os tomadores de crédito tem alguma dificuldade para pagar o(s) empréstimo(s) obtido(s) pelo Pronaf?

() Sim () Não

20. Caso a resposta seja “sim”, quais são as dificuldades que influenciam a questão de inadimplência? Em ordem de importância.

() Baixa produtividade () Baixo preço de comercialização
 () Problemas climáticos () As condições do crédito (juros, prazos, etc)
 () Custo de produção () Problemas de ordem técnica
 () Imprevistos na família () Outras _____
 () Má aplicação dos recursos

21. Após o ano de 1997 você tem notado alguma mudança na vida das famílias após ter acessado o Pronaf?

() Sim. () Não. Em caso afirmativo, o que mudou? Em caso negativo, por que você acha que não houve mudança?

22. Você acredita que o Pronaf seja um instrumento de desenvolvimento rural?

() Sim () Não

23. As agências bancárias e as cooperativas de crédito contribuem no acesso as políticas públicas de crédito e no desenvolvimento da atividade leiteira no município?

() Sim () Não

24. Como você avalia o Pronaf?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Questões gerais:

25. O que tem sido pensado de novo na sua instituição, junto aos agricultores familiares para melhorar sua condição de vida e se reproduzirem socialmente (cursos, palestras, reuniões, novas práticas, agregação de valor, etc)?

26. Você vê perspectivas na produção leiteira e vê futuro para as famílias nessa atividade?

() Sim () Não

27. Qual futuro você imagina para os pequenos produtores de leite do nosso município?

() Se modernizar e ampliar () Atender a demanda das indústrias

() Acabar com a atividade () Migrar para a integração/parceria

28. Qual a importância dessa pesquisa para a cadeia produtiva do leite no município e para o desenvolvimento das comunidades locais? _____

29. Alguma informação que consideras relevante em relação ao tema e gostaria de expressar nessa pesquisa. _____

APÊNDICE B - Questionário organizações e instituições

Este formulário destina-se a uma pesquisa de cunho acadêmico, cujo tema é a Importância do crédito rural no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho – SC e será aplicado nas organizações e instituições a seguir relacionadas: Banco do Brasil, Cootraf, Epagri, Sicoob, Sicredi, Sintraf, STR.

Instituição: _____

Nome entrevistado (opcional) _____

1. Quando iniciou sua atividade profissional em Pinhalzinho? _____

2. Como você vê as mudanças ocorridas nas atividades produtivas dos agricultores familiares, de 1997 até hoje em dia? Quais se destacaram?

3. A produção de leite vem se destacando nas últimas décadas em nossa região. Quais foram os motivos para esse destaque? Você atribui esse destaque ao acesso ao Pronaf por parte dos produtores rurais? _____

4. Quais as atividades que sua instituição realiza para desenvolver a pecuária de leite junto aos agricultores familiares de Pinhalzinho? _____

Em relação ao PRONAF:

5. Quais os principais destinos do crédito investimento? (Até 3 opções).

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Aquisição de animais | <input type="checkbox"/> Transição para orgânicos |
| <input type="checkbox"/> Inst. e benfeitorias agrícolas | <input type="checkbox"/> Máquinas agrícolas |
| <input type="checkbox"/> Inst. e benfeitorias pecuárias | <input type="checkbox"/> Equip. e implementos leiteiros |
| <input type="checkbox"/> Veículos utilitários | <input type="checkbox"/> Sistematização e correção de solo |
| <input type="checkbox"/> Reflorestamento | <input type="checkbox"/> Outros. Quais: _____ |

6. Quem realiza o projeto?

- () Própria instituição () Agrônomo autônomo () Técnico autônomo
 () Epagri () Empresa ASTEC particular () Técnico cooperativas
 () Agrônomo ou Técnico sindicato () Outros. Quais: _____

7. Aqueles que fazem os projetos influenciam onde aplicar os recursos?

- () Sim () Não () As vezes

8. Os recursos liberados são aplicados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta ou projeto?

- () Sim () Não () Em partes

9. Existe algum tipo de fiscalização na aplicação dos recursos?

- () Sim () Não () Raramente

Obs.: _____

10. Em sua opinião, em algum momento da existência do Pronaf existiram dificuldades de acesso ao crédito?

- () Sim () Não () Desconhece

11. Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? Em ordem de importância.

- () Inadimplência () Burocracia () Demora para liberação
 () Prazo de pagamento () Juros muito altos () Exigência de garantias
 () Falta de informações () Falta de projeto () Falta de recursos

Outras. Quais: _____

12. Em sua opinião, atualmente existem dificuldades de acesso ao crédito?

- () Sim () Não () Desconhece

13. Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? Em ordem de importância.

- () Inadimplência () Burocracia () Demora para liberação
 () Prazo de pagamento () Juros muito altos () Exigência de garantias
 () Falta de informações () Falta de projeto () Falta de recursos

Outras. Quais: _____

14. Os tomadores de crédito tem alguma dificuldade para pagar o(s) empréstimo(s) obtido(s) pelo Pronaf?

- () Sim () Não

15. Caso a resposta seja “sim”, quais são as dificuldades que influenciam a questão de inadimplência? Em ordem de importância.

- () Baixa produtividade () Baixo preço de comercialização
 () Problemas climáticos () As condições do crédito (juros, prazos, etc)
 () Custo de produção () Problemas de ordem técnica
 () Imprevistos na família () Outras _____
 () Má aplicação dos recursos

16. Após o ano de 1997 você tem notado alguma mudança na vida das famílias após ter acessado o Pronaf?

() Sim. () Não. Em caso afirmativo, o que mudou? Em caso negativo, por que você acha que não houve mudança?

17. Você acredita que o Pronaf seja um instrumento de desenvolvimento rural?

() Sim () Não

18. As agências bancárias e as cooperativas de crédito contribuem no acesso as políticas públicas de crédito e no desenvolvimento da atividade leiteira no município?

() Sim () Não

19. Como você avalia o Pronaf?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Questões gerais:

20. O que tem sido pensado de novo na sua instituição, junto aos agricultores familiares para melhorar sua condição de vida e se reproduzirem socialmente (cursos, palestras, reuniões, novas práticas, agregação de valor, etc)?

21. Você vê perspectivas na produção leiteira e vê futuro para as famílias nessa atividade?

() Sim () Não

22. Qual futuro você imagina para os pequenos produtores de leite do nosso município?

() Se modernizar e ampliar () Atender a demanda das indústrias

() Acabar com a atividade () Migrar para a integração/parceria

23. Qual a importância dessa pesquisa para a cadeia produtiva do leite no município e para o desenvolvimento das comunidades locais? _____

24. Alguma informação que consideras relevante em relação ao tema e gostaria de expressar nessa pesquisa. _____

APÊNDICE C - Questionário produtores

Este formulário destina-se a uma pesquisa de cunho acadêmico, cujo tema é a Importância do crédito rural no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho – SC.

1. Identificação da unidade produtiva:

Nome: _____

Localidade, linha: _____

2. Caracterização do grupo familiar:

Número de membros na família: _____

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Estado civil	Escolaridade

Estado civil:

- 1 = Solteiro
- 2 = Casado
- 3 = União estável
- 4 = Separado/Divórcio
- 5 = Viúvo

Escolaridade:

- 1 = Não escolarizado
- 2 = Ens. Fund. Incompleto
- 3 = Ens. Fund. Completo
- 4 = Ensino médio Incompleto
- 5 = Ensino médio Completo

6 = Ens. Sup. Incompleto

7 = Ensino sup. Completo

8 = Pós Graduação

9 = Especialização

10 = Mestrado

11 = Doutorado

3. Há contratação de mão-de-obra?

() Sim () Não

Se sim quantos? _____ Quanto tempo de contratação: _____

4. Identificação do imóvel rural:

a) Qual a condição de posse? E área em ha?

- () Proprietário ___ ha () Beneficiário Banco da Terra _____ ha
- () Arrendatário ___ ha () Outros _____ ha
- () Posseiro _____ ha Qual: _____
- () Parceiro _____ ha

b) Qual o número de hectares da propriedade rural? _____ ha

c) Há quanto tempo à família reside nesse imóvel? _____ anos

5. O Sr. (respostas múltiplas)

- () É sócio do sindicato dos trabalhadores [] Sintraf [] STR
- () É sócio de cooperativas de crédito [] Cresol [] Sicoob [] Sicredi
- () É sócio de Coop. de produção/comer. [] Cooper Itaipu [] Cootraf
- () É sócio de associação. Qual(is) _____

6. Benefícios, Máquinas/Implementos e Semoventes

6.1 Benefícios:

		1997		2013
Aviário	()	_____ m ²	()	_____ m ²
Casa de madeira	()	_____ m ²	()	_____ m ²
Casa de alvenaria	()	_____ m ²	()	_____ m ²
Estábulo, sala de ordenha	()	_____ m ²	()	_____ m ²
Chiqueiro	()	_____ m ²	()	_____ m ²
Galpão de madeira	()	_____ m ²	()	_____ m ²
Galpão de fumo	()	_____ m ²	()	_____ m ²
Outra(s). Quais.		_____		_____

6.2 Máquinas e implementos

	1997	Qtde	2013	Qtde
Automóvel	()	_____	()	_____
Motocicleta	()	_____	()	_____
Caminhão	()	_____	()	_____
Trator	()	_____	()	_____
Arado de disco	()	_____	()	_____
Arado subsolador	()	_____	()	_____
Grade	()	_____	()	_____
Pulverizador	()	_____	()	_____
Plaina traseira (lâmina)	()	_____	()	_____
Plataforma traseira	()	_____	()	_____
Semeadora	()	_____	()	_____
Ensiladeira	()	_____	()	_____
Desensiladeira	()	_____	()	_____
Carretinha agrícola	()	_____	()	_____
Carreta agrícola (carretão)	()	_____	()	_____
Roçadeira	()	_____	()	_____
Triturador	()	_____	()	_____
Ordeneira	()	_____	()	_____
Resfriador imersão (água)	()	_____	()	_____
Resf. expansão (a granel)	()	_____	()	_____
Carroça	()	_____	()	_____
Batedor de cereais	()	_____	()	_____
Outra(s). Quais.		_____		_____

6.3 Semoventes (animais)

	1997	Qtde	2013	Qtde
Vacas em lactação	()	_____	()	_____
Vacas secas	()	_____	()	_____
Touros	()	_____	()	_____
Novilhas	()	_____	()	_____
Animais para trabalho	()	_____	()	_____

Equinos () _____ () _____
 Suínos () _____ () _____
 Ovinos () _____ () _____
 Outra(s). Quais. _____

7. A renda familiar é proveniente: (Enumerar em ordem de participação %)

- () Pecuária de leite () Produção de tabaco
 () Pecuária de corte () Fruticultura
 () Suinocultura () Aposentadoria
 () Avicultura () Não-agrícola
 () Produção de grãos () Outros. Qual (is): _____
 () Hortaliças

8. Há quanto tempo a atividade leiteira é desenvolvida na propriedade?

- () Menos de 1 ano () De 1 a 5 anos () De 5 a 10 anos () Mais de 10 anos

9. Qual a produção de leite por dia em sua propriedade?

- () Menos de 50 litros () De 51 a 150 litros () De 151 a 250 litros
 () De 251 a 350 litros () De 351 a 450 litros () Mais de 450 litros

10. Você conhece o programa Pronaf?

- () Sim () Não () Conheço, mas nunca acessei o crédito

Obs.: Caso a resposta seja não, ir para a questão 30.

11. Há quanto tempo vem acessando créditos no Pronaf?

- () Menos de 1 ano () De 1 a 5 anos () De 5 a 10 anos () Mais de 10 anos

12. Quem o incentivou a utilizar-se da linha de crédito do Pronaf?

- () Iniciativa própria () Técnicos de Cooperativas
 () Técnicos autônomos () Téc. Empr. de venda de Ins.
 () Técnicos da Epagri () Técnicos de sindicatos
 () Técnicos da Pref. municipal () Outros. Quais: _____

13. Que tipo de recurso do Pronaf você acessou?

- () Pronaf Custeio [] Agrícola [] Pecuário
 () Pronaf Investimento [] Convencional [] Mulher
 [] Mais alimentos [] Agroindústria
 [] Agroecologia [] Jovem
 [] Eco

14. Qual o destino do crédito investimento? (Até 3 opções)

- () Aquisição de animais () Transição para orgânicos
 () Inst. e benfeitorias agrícolas () Máquinas agrícolas
 () Inst. e benfeitorias pecuárias () Equip. e implementos leiteiros
 () Veículos utilitários () Sistematização e correção de solo
 () Reflorestamento () Outros. Quais: _____

15. Qual instituição financeira utiliza?

Banco do Brasil Cresol Sicoob Sicredi Outra

16. Os seus filhos participam da tomada de decisões na hora de aderir ao Pronaf? Qual a participação deles na escolha sobre os investimentos e no destino dos recursos?

17. Quem realiza o projeto?

Própria instituição Agrônomo autônomo Técnico autônomo
 Epagri Empresa assistência técnica particular Técnico cooperativas
 Agrônomo ou Técnico sindicato Outros. Quais: _____

18. Aqueles que fazem os projetos influenciam onde aplicar os recursos?

Sim Não As vezes

19. Os recursos liberados são aplicados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta ou projeto?

Sim Não Em partes

20. Existe algum tipo de fiscalização na aplicação dos recursos?

Sim Não Raramente

21. Em sua opinião, em algum momento da existência do Pronaf existiram dificuldades de acesso ao crédito?

Sim Não Desconhece

22. Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? (Em ordem de importância).

Inadimplência Burocracia Demora para liberação
 Prazo de pagamento Juros muito altos Exigência de garantias
 Falta de informações Falta de projeto Falta de recursos

Outras. Quais: _____

23. Em sua opinião, atualmente existem dificuldades de acesso ao crédito?

Sim Não Desconhece

24. Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? (Em ordem de importância).

Inadimplência Burocracia Demora para liberação
 Prazo de pagamento Juros muito altos Exigência de garantias
 Falta de informações Falta de projeto Falta de recursos

Outras. Quais: _____

25. Teve alguma dificuldade para pagar o(s) empréstimo(s) obtido(s) pelo Pronaf?

Sim Não Não paguei nenhuma operação até o momento

26. Caso a resposta seja “sim”, quais foram as dificuldades que influenciaram a questão de inadimplência? (Em ordem de importância).

- () Baixa produtividade () Baixo preço de comercialização
 () Problemas climáticos () As condições do crédito (juros, prazos, etc)
 () Custo de produção () Problemas de ordem técnica
 () Imprevistos na família () Outros _____
 () Má aplicação dos recursos

27. Você tem notado alguma mudança na sua vida e de sua família após ter tido acesso ao Pronaf?

- () Sim. () Não. Em caso afirmativo, o que mudou? Em caso negativo, por que você acha que não houve mudança?

28. As agências bancárias e as cooperativas de crédito contribuem no acesso as políticas públicas de crédito e no desenvolvimento da atividade leiteira?

- () Sim () Não

29. Como você avalia o Pronaf?

- () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

30. Gostaria de conhecer o programa Pronaf e ter acesso ao crédito?

- () Sim () Não

31. Por qual motivo nunca acessou o crédito do programa Pronaf?

- () Não é necessário, possuo recursos próprios
 () Não confio nas instituições financeiras
 () A burocracia impede ou dificulta o acesso
 () Falta profissionais técnicos para elaboração dos projetos
 () As normas do programa (juros, prazos, etc) são inviáveis
 () Utiliza de outra fonte de recurso, a não ser o Pronaf
 () Outro(s). Quais _____

32. Você tem perspectivas na produção leiteira e vê futuro para sua família nessa atividade?

- () Sim () Não

33. Qual futuro você imagina para os pequenos produtores de leite do nosso município?

- () Se modernizar e ampliar () Atender a demanda das indústrias
 () Acabar com a atividade () Migrar para a integração/parceria

34. Em relação à atividade de agricultor(a)?

- () é muito bom ser agricultor(a). () é bom, apesar das dificuldades.
 () é ruim, mas melhor que ser empregado assalariado.
 () é muito ruim, se der, vamos deixar a agricultura para trabalhar na cidade.

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SC.		
Pesquisador: Valdecir José Zonin		
Área Temática:		
Versão: 3		
CAAE: 30304014.9.0000.5564		
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 702.153		
Data da Relatoria: 12/08/2014		
Apresentação do Projeto:		
Conforme PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_298792 de 24.06.2014		
Objetivo da Pesquisa:		
Conforme PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_298792 de 24.06.2014		
Avaliação dos Riscos e Benefícios:		
De acordo		
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:		
De acordo		
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:		
De acordo		
Recomendações:		
Não há		
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:		
Não há		
Situação do Parecer:		
Aprovado		
Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS Bairro: CENTRO CEP: 89.802-265 UF: SC Município: CHAPECO Telefone: (49)2049-1478 E-mail: joseane@uffs.edu.br		
<small>Página 01 de 03</small>		



Continuação do Parecer: 702.153

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

A partir desse momento o CEP passa a ser corresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa – vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução 466 de 12/12/2012 e a Normativa 001/2013, mas, principalmente, os artigos XI.1 e XI.2 itens c) ao h) da Resolução 466 de 12/12/2012.

Atente:

- 1) No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer consubstanciado, obedecidos os 20 dias antes da reunião do CEP do mês correspondente aos 6 meses, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra (exceto se a pesquisa estiver totalmente finalizada, pois, neste caso, deverá ser enviado o relatório final).
- 2) Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP para que possa ser avaliada e as medidas adequadas possam ser tomadas. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto.
- 3) Além do relatório semestral, a qualquer momento o CEP poderá solicitar esclarecimentos sobre a sua pesquisa – vide artigos X.1.3.b), X.3.6 e XI.2.e)
- 4) Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final.

OBS: Os relatórios deverão ser enviados utilizando-se da opção "enviar notificação", na "Plataforma Brasil".

Em caso de dúvida: (1) contate este CEP pelo telefone 20491478, das 8:00 às 12:00 e das 14:00

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-1478

E-mail: joseane@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 702.153

às 17:00 (2) contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitar ao atendente suporte Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta, (3) Contate a "central de suporte "da plataforma Brasil no canto superior direito da plataforma e cujo atendimento é online.

Boa pesquisa!

CHAPECO, 27 de Junho de 2014

Assinado por:
JOSEANE DE MENEZES STERNADT
(Coordenador)